

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
MESTRADO**

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS**

**MARIA REGINA DE PELLEGRIN**

**Taquara**

**2018**

**MARIA REGINA DE PELLEGRIN**

**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, sob orientação do Prof. Dr. Mário Riedl.

**Taquara**

**2018**

Dedico este trabalho ao meu esposo Fernando Takahashi e à minha mãe Doroti Adam De Pellegrin, pelo incentivo e apoio permanente durante toda a minha trajetória de estudos.

## AGRADECIMENTOS

Esta vitória não é só minha, mas muito mais Tua, meu Deus, e por ela eu Te agradeço!

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Mário Riedl, por sua competência, sabedoria, por toda a paciência e empenho com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigada por me corrigir quando necessário sem nunca me desmotivar.

Agradeço ao Professor Dr. Egon Roque Fröhlich, por sua sabedoria, tranquilidade, doçura, simplicidade, sempre expressando palavras de apoio e motivação.

Agradeço ao Professor Dr. Daniel Luciano Gevehr, pela orientação na construção inicial do projeto de pesquisa.

A Andressa Soares dos Santos, assistente da Coordenação do Mestrado em Desenvolvimento Regional, pela sua dedicação e apoio durante o curso.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado pelos bons momentos de aprendizado que tivemos e pela amizade de cada um, em especial a minha amiga Sabrina, que me ajudou muito nesta trajetória acadêmica.

A meus pais, meu agradecimento. Pelo apoio nos momentos difíceis, pela compreensão quando da minha ausência em muitos momentos no decorrer destes dois anos.

A meu querido esposo, Fernando, por ser tão importante na minha vida. Sempre a meu lado, incentivando-me e me fazendo acreditar que posso mais que imagino. Graças a seu companheirismo, amizade, paciência, compreensão, apoio, alegria e amor, este trabalho pôde ser concretizado. Obrigada!

Agradeço aos Diretores do Laboratório Bom Pastor, pela ajuda incondicional na obtenção deste título.

Agradeço também à direção e professores da escola CIEP, que abriram as portas para que eu realizasse minha pesquisa.

Agradeço igualmente à CAPES, pela confiança e investimento.

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar as políticas sociais do município de Taquara-RS, supostamente providenciadas pela municipalidade, tais como assistência à saúde, educação formal, infraestrutura urbana, saneamento básico, coleta de lixo e segurança. Para atingir o objetivo, realizamos uma pesquisa de campo junto ao Bairro Empresa, bairro mais populoso da cidade e local de residência da população que mais requer a presença da municipalidade. Para compreender a dimensão do objeto de estudo, foi necessário contextualizar as políticas públicas e as políticas sociais nacionais, bem como caracterizar o cenário local em que as políticas públicas foram implementadas. Além disso, descrevemos os principais projetos e programas sociais desenvolvidos pela Secretaria do Desenvolvimento Social do município. Os dados coletados na pesquisa de campo, realizada com uma amostra intencional de cento e duas famílias, consistiram em dados quantitativos e qualitativos. Estes foram obtidos através de questionário individual, semiestruturado, com o fim específico de levantar informações para conhecer o perfil e a composição familiar da população, e também obter dados sobre a situação socioeconômica, a educação, trabalho, assistência social e saúde. Procurou-se, ainda, identificar a percepção das famílias em relação à prestação de serviços sociais providenciados pela municipalidade para, então, poder analisar a atividade e os efeitos do trabalho realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social de Taquara. Esse órgão tem como missão contribuir no processo de desenvolvimento social humano, trabalhando princípios e oferecendo possibilidades para que o aprendizado se baseie no constante estímulo à atualização, visando a um desenvolvimento de qualidade. A partir da análise dos dados, não se pode negar que a Prefeitura tem realizado ações concretas, porém está muito longe de resultados satisfatórios na percepção da população alvo do estudo. Obteve-se que 90% dos entrevistados nunca participaram de projetos sociais da Secretaria, 40% sequer sabem da existência de projetos, programas ou cursos, e 84% desconhecem a própria existência da Secretaria de Desenvolvimento Social do município. Finalmente, a análise levantou as principais necessidades da população do estudo, as quais concentram-se em quatro categorias: Equipamentos Sociais, Trabalho e Capacitação, Infraestrutura Urbana e Educação e Desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Políticas sociais, Política Pública, Desenvolvimento Regional.

## **ABSTRACT**

*The objective of this study is to evaluate the social policies of the county of Taquara, Rio Grande do Sul, supposedly provided by the municipality, such as health assistance, formal education, urban infrastructure, basic sanitary structure, garbage collection and security. To reach such objective we performed a research in the Empresa neighborhood, the most populated one of the city, and which inhabitants requires the county's services the most. Furthermore, we describe the national public policies available, as well as the specific social policies, besides analyzing the main social programs implemented by the county's administration. We collected qualitative and quantitative information from 102 families living in the sampled neighborhood. Data were gathered through a questionnaire, consisting on family information, economic situation, educational level, labor, social assistance and health. We also investigated the population's perception on the county's administration in order to evaluate the performance of the Social Development Secretary of Taquara county. Data analyses showed that, although the administration does in fact provide basic social assistance, results are judged as not satisfactory by the population, or initiatives do not reach the needed population. For instance, 90% of the sampled population never participated in a social program led by the county, and 84% didn't even know the existence of the Social Development Secretary. Finally, we concluded that the major demands of the population were: social equipment, labor training, urban infrastructure, education and development.*

**Keywords:** *Social Policies, Public Policies, Regional Development.*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estado do Rio Grande do Sul – localização do município do estudo .....	36
Figura 2 - Distribuição dos Bairros do município de Taquara, RS.....	38
Figura 3 - Albergue Municipal – Adair Ramos Garcia .....	42
Figura 4 - Centro Comunitário do Bairro Santa Terezinha .....	43
Figura 5 - Mapa representativo da imigração em Taquara, RS.....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária da amostra populacional – Taquara, RS.....	45
Gráfico 2 - Identificação de Gênero – Taquara, RS .....	46
Gráfico 3 - Local de nascimento dos respondentes – Taquara, RS. ....	46
Gráfico 4 - Tempo de residência em Taquara, –RS .....	48
Gráfico 5 - Grau de instrução/Escolaridade – Taquara, RS .....	49
Gráfico 6 - Estado civil – Taquara, RS .....	49
Gráfico 7 - Reside com companheiro ou somente com filhos – Taquara, RS .....	50
Gráfico 8 - Situação do trabalho – Taquara, RS.....	50
Gráfico 9 - Atividade Ocupacional – Taquara, RS.....	51
Gráfico 10 - Religião – Taquara, RS .....	51
Gráfico 11 - Procurando trabalho – Taquara, RS .....	52
Gráfico 12 - Renda bruta familiar mensal – Taquara, RS.....	53
Gráfico 13 - Contribuição familiar da renda mensal – Taquara, RS .....	54
Gráfico 14 - Recebem algum tipo de benefício – Taquara, RS .....	54
Gráfico 15 - Características do tipo de moradia – Taquara, RS.....	55
Gráfico 16 - Número de quartos na moradia – Taquara, RS.....	56
Gráfico 17 - Número de pessoas que residem na casa – Taquara, RS .....	56
Gráfico 18 - Posse de bens materiais e acesso à internet – Taquara, RS .....	57
Gráfico 19 - Percentual de domicílios particulares com utilização da internet por meio de microcomputador e somente por meio de outros equipamentos, Brasil – 2004/2015 .....	58
Gráfico 20 - Participação em projeto social da Prefeitura Municipal – Taquara, RS	59
Gráfico 21 - Motivo da não participação em Projetos Sociais – Taquara, RS .....	59
Gráfico 22 - Conhece a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Taquara, RS.....	60
Gráfico 23 - Participação em projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social – Taquara, RS.....	61
Gráfico 24 - Percepção da Prefeitura no bairro Empresa – Taquara, RS .....	61
Gráfico 25 - Percebe a necessidade de projetos ou atividades realizadas pela Prefeitura Municipal – Taquara, RS .....	62

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Bairros do município de Taquara e População em 2010.....	39
---	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1.1</b>	<b>Problema de Pesquisa</b> .....	12
<b>1.2</b>	<b>Objetivos</b> .....	12
1.2.1	Objetivo Geral .....	12
1.2.2	Objetivo Específicos .....	13
<b>1.3</b>	<b>Justificativa</b> .....	13
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	14
<b>2.1</b>	<b>Políticas Públicas e Política Social</b> .....	14
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	33
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA</b> .....	36
<b>4.1</b>	<b>Breve caracterização do município de Taquara, RS</b> .....	36
<b>4.2</b>	<b>Políticas Sociais do município de Taquara/RS</b> .....	40
<b>4.3</b>	<b>Análise dos dados</b> .....	44
4.3.1	Resultados Obtidos .....	45
4.3.2	Perfil da população pesquisada .....	45
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	67
	<b>APÊNDICE</b> .....	71
	<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA</b> .....	72
	<b>ANEXO</b> .....	75
	<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	76

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo teve como objetivo avaliar as políticas sociais do município de Taquara-RS, supostamente providenciadas pela municipalidade, tais como assistência à saúde, educação formal, saneamento básico, coleta de lixo, infraestrutura urbana e segurança. Essas questões permeiam em forma de desafio a nossa sociedade.

O poder público, as organizações privadas e a sociedade civil organizada tentam, através da realização de projetos sociais, minimizar tais desafios, que se apresentam cada vez mais complexos.

Segundo Vianna (2002), a política social é entendida como modalidade pública e como ação de governo com objetivos específicos, ou seja, política social é ação governamental com objetivos específicos relacionados com a proteção e a promoção social.

A política social também pode ser considerada uma das fontes de influência no processo do desenvolvimento de um país e, em função da sua diversidade, tanto pode estar associada ao campo propriamente dito social, quanto pode resultar em ampliação da justiça e coesão social, até as interações com a economia, potencializando o crescimento e a produtividade, as mudanças no aparato institucional e ambiental, entre outros (CASTRO, 2012).

Piana (2009) afirma que as políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas no País em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos; em outros, como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 1991).

Já Oliveira (2004) chama a atenção para a organização e gestão das políticas públicas, ou seja, devem ser efetuadas no sentido de atender às variadas especificidades postas a cada área ou setor, como, por exemplo: saúde, habitação, assistência social, trabalho, etc. Mas, mesmo que uma rede pública de política social atenda à integralidade das especificidades, mesmo que haja um trabalho articulado e complementar entre entidades, serviços, programas e projetos, a mesma não dá conta do atendimento pleno, integral, às necessidades da população.

É necessário, também, para a elaboração de políticas sociais, ter um município interessado e comprometido em avaliar e adequar sua estrutura administrativa, no sentido de capacitar servidores e ampliar o relacionamento com o setor privado e a sociedade civil, tendo em vista necessariamente atender aos direitos e interesses dos cidadãos.

Taquara/RS já foi considerado um polo regional, pois tem uma localização privilegiada geograficamente, está próximo à capital Porto Alegre, da serra gaúcha e litoral. Na década de trinta, foi um dos maiores produtores de feijão preto do estado. Na década de quarenta, foi considerada capital do “Piretro” pela expressiva produção de flores de piretro utilizadas para fabricação de inseticidas fortemente exportadas para os Estados Unidos. Na década de cinquenta, a criação de gado leiteiro teve destaque juntamente com a produção de calçados onde grande parte produzida era exportada para diversos países. Taquara era, e continua sendo, passagem de milhares de pessoas da região e Estado. Ao longo dos últimos anos, o que tem se destacado é o comércio e a prestação de serviços, mas o município vive, há décadas, uma relativa estagnação, sem desenvolvimento e sem crescimento. De que forma nós, pesquisadores, podemos contribuir para reverter esta situação?

O Desenvolvimento de um município, estado ou país implica o desenvolvimento de pessoas. Cada indivíduo possui valores e uma cultura diferente; é preciso despertar o sentido de pertencimento nesta comunidade, ou seja, desenvolver o capital social da comunidade. O poder público precisa se envolver fortemente nesta batalha por meio de projetos associados à cultura, que consigam inserir o indivíduo nesse ambiente. A educação é o primeiro passo; é necessário despertar o interesse para descobrir as especificidades do ambiente em que se vive; cultura é essencial para a construção da identidade do indivíduo, para que cada um exerça seu papel na sociedade. Sabemos que este processo é lento, mas necessário e deve ser intensificado para que, em um futuro próximo, possamos constatar a mudança que desejamos. O poder público tem a obrigação de prestar assistência social, mas a nós, pesquisadores, cabe apontar, avaliar, sugerir e até participar desta alavanca de transformação. Precisamos de mais atores sociais, pesquisadores, professores, todos engajados verdadeiramente no processo de desenvolvimento social.

Sendo assim, neste cenário marcado por dificuldades crescentes, que abrangem os domínios econômico e social, o poder público tem papel crucial. A complexidade das questões sociais impõe novos desafios, exigindo novos modelos

para investigar a relação entre as empresas e a sociedade como um todo. A sociedade, de uma forma geral, precisa agir coletivamente em direção a uma mudança de mentalidade, para que os gestores consigam atingir melhores resultados perante a comunidade.

A proposta da presente pesquisa, que é estudar as políticas sociais no município de Taquara-RS, atende a uma demanda relevante não apenas para o meio acadêmico, pois acredita-se que seu resultado possa gerar valor a demandas públicas com o objetivo de articular a criação de novas ações sociais, sejam públicas ou privadas, envolvidas em projetos de desenvolvimento local ou regional que venham a trazer benefícios à população do município de Taquara.

Por fim, para justificar este estudo, trata-se basicamente de motivação de caráter pessoal, devido ao interesse por áreas que envolvam as relações humanas e a qualidade de vida das pessoas, e por ser este um tema significativo, que busca tratar um dos principais assuntos relacionados ao desenvolvimento.

## **1.1 Problema de pesquisa**

Como este trabalho tem como finalidade analisar as políticas sociais desenvolvidas no município de Taquara, pode-se questionar o seguinte:

Em que medida as políticas sociais implementadas pela municipalidade têm sido exitosas para integração e desenvolvimento desta camada da população de baixa renda no município de Taquara/RS?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral deste estudo consiste em realizar uma avaliação das políticas sociais implementadas pela municipalidade e da atuação da Secretaria do Desenvolvimento Social junto às camadas mais pobres do município.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever os principais projetos ou programas sociais da Prefeitura Municipal de Taquara;
- b) Analisar a percepção da população residente em bairros populares da atuação da Prefeitura Municipal e da sua Secretaria do Desenvolvimento Social, principal órgão responsável pela implantação das políticas sociais a nível do município.

### 1.3 Justificativa

O desenvolvimento social é a base para uma sociedade organizada, na qual o cidadão desfruta de condições objetivas para a sua promoção social e econômica. Os gestores precisam ter um olhar atento aos programas sociais, no sentido de desenvolver, conscientizar e aparelhar a população para enfrentar os desafios. Urge investir na cultura e educação das pessoas, especialmente nas camadas menos privilegiadas. Somente dessa forma teremos um futuro caracterizado pelo desenvolvimento sustentável. Acredita-se que a implantação desta visão política no âmbito municipal pode proporcionar aos administradores públicos a revisão das estratégias utilizadas para o alcance da eficiência dos programas sociais no município, bem como desenvolver a médio prazo esta comunidade.

A realização deste estudo justifica-se pela relevância que possui o desenvolvimento social como instrumento do desenvolvimento regional. Sabe-se que a persistência da pobreza e da estagnação relativa do município afeta, de forma perversa, sobretudo, as camadas menos privilegiadas da sociedade.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Políticas Públicas e Política Social**

As políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades, que correspondem a direitos assegurados constitucionalmente, ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e ou pelos poderes públicos. Estes programas visam assegurar determinado direito de cidadania, podendo ser social, cultural, étnico ou econômico.

É importante ressaltar que as políticas públicas têm um papel fundamental quanto ao desenvolvimento regional, o qual deve ser orientado por princípios sustentáveis, agregando eficiência econômica, ambiental, e contribuindo para o aumento da qualidade de vida das populações.

Para Teixeira (2002), as Políticas Públicas orientam as ações da administração pública, com a utilização de métodos e normas para estabelecer a sinergia entre administração pública e sociedade, entre Estado e atores sociais. A partir da sua elaboração e implementação, as Políticas Públicas demonstram a execução do poder político, que envolve a distribuição e redistribuição de poder, os processos de decisão e seus conflitos, além da repartição de custos e recursos para oferta de bens e serviços públicos.

De acordo com uma observação teórico-conceitual, as Políticas Públicas estão dentro de campos multidisciplinares orientados a explicar a natureza das Políticas Públicas e seus processos, na busca da construção de uma teoria geral, que tenha como objetivo, sintetizar teorias de diferentes ciências sociais, como as da ciência econômica (SOUZA, 2006).

Outras políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda como forma compensatória dos ajustes criados por outras políticas de cunho mais estratégico (econômicas), complementa Teixeira (2002).

As políticas sociais são ações governamentais desenvolvidas em conjunto por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão de forma equânime e justa. Dessa forma, as políticas sociais asseguram à população o exercício de direito de cidadania como a Educação, Saúde,

Trabalho, Assistência Social, Previdência Social, Justiça, Saneamento, Habitação Popular e Meio Ambiente.

Jacobi (1999) destaca a importância da administração municipal em relação às políticas sociais e à sustentabilidade, ou seja, através da vontade política, é possível viabilizar ações governamentais pautadas na adoção dos princípios de sustentabilidade ambiental conjugadas a resultados na esfera do desenvolvimento econômico e social. O autor afirma que, no município, é mais fácil desenvolver ações combinadas de vários programas que tenham o mesmo foco. O município possibilita, neste sentido, a articulação de políticas de caráter intersetorial do desenvolvimento social na medida em que se amplia o campo de análise e de atuação que inclui conceitos como qualidade de vida, exercício de direitos e expansão do desenvolvimento de competências.

Segundo Jacobi (1999), no processo de democratização em nível social, destacam-se três perspectivas: questões ligadas à equidade e às desigualdades sociais; a luta social pela definição da democracia; e o processo de criação dos agentes sociais e dos atores coletivos no processo de consolidação da cidadania.

As políticas públicas participativas, conforme Jacobi (1999), estão relacionadas com as mudanças sociopolíticas através de um maior questionamento sobre o papel do Estado como principal agente gerador das políticas sociais. A concepção mais comum está estruturada no sentido de aprofundar o processo democrático, e do seu impacto no aumento da influência sobre os diversos processos de decisão, em grande parte da atividade social e das instituições sociais.

Lobato (2004) afirma que a desigualdade é reconhecidamente o principal problema nacional, atestada por uma vasta quantidade de dados, indicadores e medidas de pobreza e exclusão, porém não há indícios de sua redução expressiva em curto prazo. Por outro lado, as políticas sociais têm passado por transformações importantes, como a pluralização e democratização dos processos decisórios, a descentralização, o fortalecimento do poder e das ações locais. Entretanto, pouco se sabe a respeito dos resultados das políticas implantadas ou em implementação.

Sobre os processos de avaliação das políticas sociais, Lobato (2004) ressalta que se costuma dizer que a avaliação é cara, e apesar das muitas propostas de metodologias, pouco se avalia de concreto. Outros fatores levantados são a baixa tradição de avaliação no país, a falta de continuidade das políticas, o uso político das avaliações ou as avaliações de caráter político.

As políticas sociais possuem uma posição específica no conjunto das políticas públicas, particularmente no caso brasileiro, em que uma robusta estrutura de proteção social convive com níveis exorbitantes de desigualdade e exclusão (LOBATO, 2004).

Oliveira (2004) apresenta reflexões acerca da indispensável articulação entre as políticas sociais públicas, como uma das formas de garantir direitos sociais. O autor ressalta o princípio da necessidade de um trabalho conjunto, que articule de forma integrada e complementar, os benefícios, serviços, programas e projetos vinculados às políticas sociais, formando, assim, um sistema de atendimento que determina a necessidade daquela política social pública.

Sobre rede socioassistencial, Oliveira (2004) afirma que é necessário articulação interna de cada política social e das diferentes ações pelas diversas políticas sociais públicas, unificando, dando direção, normatizando, compartilhando objetivos comuns através de integração de ações.

Fagundes (2006) faz uma reflexão sobre o tema voluntariado e solidariedade em relação às políticas sociais, bem como sobre o Estado e a sociedade civil. Enfatiza que há uma responsabilização de diversos setores da sociedade civil, sobretudo uma convocação a uma maior participação das pessoas no combate à miséria e à desigualdade social. O conceito moral da solidariedade e o do direito em relação às políticas sociais são dois conceitos que, na atualidade, se interligam, tendo a consciência de que não se pode esperar justiça social somente do Estado e tampouco somente da sociedade civil.

Dessa forma, segundo Fagundes (2006), quando o Estado deixa de cumprir a sua função básica de gerar políticas públicas, transferindo responsabilidades para a sociedade civil, reaparece o apelo à filantropia, para ajudar nas questões sociais. Neste caso, segundo o autor, acontece uma destruição das políticas sociais, a mercantilização dos serviços sociais e a seletividade nos atendimentos, um prejuízo universalizante dos direitos sociais, garantidos constitucionalmente.

Fagundes (2006) destaca, ainda, a teoria keynesiana, que propõe uma política de pleno emprego, tendo como objetivo a elevação das taxas de produtividade com o consequente aumento do consumo e a redistribuição de renda. O Estado deve intervir no mercado, contrapondo-se ao desemprego, aumentando a produção e dando, dessa forma, suporte para a constituição do Estado de Bem-Estar ou *Welfare State*. Keynes propõe a intervenção do Estado que fortalece o conjunto dos direitos frente à

comunidade e ao Estado e articula a eficiência econômica, a justiça social e a liberdade individual.

Conforme Rotta *et al.* (2006), o mais importante para a busca do desenvolvimento e das políticas sociais está na habilidade e na vontade dos cidadãos e das suas próprias associações cívicas, em utilizar a decisão aberta e pacífica e os métodos institucionais apropriados para enfrentar os conflitos sociais e políticos.

Neste contexto, Rotta *et al.* (2006) propõem uma nova ideia de desenvolvimento, fundada nos princípios da sustentabilidade social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política. Eles expõem, sobretudo, princípios capazes de ampliar as liberdades dos sujeitos e as capacidades humanas para que todas as pessoas possam ter acesso à educação, à participação na comunidade e aos recursos necessários para um nível de melhor qualidade de vida.

Dessa forma, as políticas sociais podem ser potencializadoras e impulsionadoras de processos de desenvolvimento na medida em que capitalizam os processos produtivos locais pela qualificação das habilidades produtivas das pessoas, pela ampliação das oportunidades de negócios, investimentos e espaços de trabalho, pela expansão das capacidades criativas das pessoas, pela melhora generalizada das condições de vida da população e pela criação de um ambiente favorável ao crescimento econômico com maior equidade social (ROTTA *et al.*, 2006).

Sobottka (2006) faz uma reflexão acerca dos motivos pelos quais se fazem políticas sociais no Brasil. O autor menciona que as políticas devem assegurar a continuidade do nível de vida em caso de ocorrência de certos riscos inerentes à vida moderna, como desemprego e a incapacidade para o trabalho, e evitar a pobreza. Conforme o autor, enquanto a manutenção de um nível de vida já alcançado se orienta pelo mérito, evitar a pobreza implica necessariamente uma redistribuição de renda.

Goodin *et al.* (2002) mencionam seis razões para a existência de políticas sociais: apoiar a eficiência econômica, minimizar a pobreza, fomentar a integração e evitar a exclusão social, assegurar estabilidade e fomentar a igualdade social e proteger a autonomia individual.

As reformas neoliberais no Brasil paralisaram o projeto de ampliação de políticas públicas de bem-estar. A tendência é de corte em programas, gastos sociais e políticas públicas. Em consequência a ilusão de uma sociedade mais justa adotada pelos movimentos sociais foi se desconstruindo (SOBOTTKA, 2006).

Marques e Mendes (2007) tratam sobre as políticas sociais do governo Lula. O foco de análise foi o Programa Bolsa Família. Os autores salientam a importância deste programa, que beneficia parcela antes excluída da atenção de governos, tirando alguns segmentos da população da situação de miséria absoluta. Ressaltam, ainda, que o salário mínimo sofreu aumento substantivo, embora longe do prometido na campanha eleitoral. Os autores destacam, igualmente, as limitações do Programa Bolsa Família, quando afirmam que o programa não se constitui um direito perene.

Segundo o próprio governo, o carro-chefe de sua política social é o Bolsa Família, programa de transferência de renda para as famílias abaixo da linha de pobreza. Esse programa foi criado para combater a miséria e a exclusão social e para promover a emancipação das famílias mais pobres. Essa iniciativa foi resultado da unificação de vários programas já existentes como o bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e auxílio gás (MARQUES; MENDES 2007).

No tocante às políticas públicas, Mello (2007) procura enfatizar as políticas sociais para o desenvolvimento e a expansão da cidadania. O autor tenta alertar que, em cada fase do desenvolvimento da sociedade brasileira, a questão social nunca se constituiu uma prioridade para os diversos governos, democráticos ou não, e que as poucas políticas que mereceriam ter esse nome não obtiveram êxito por uma série de razões. Ressalta, ainda, que, ao contrário das políticas públicas, o lugar de destaque sempre coube às políticas econômicas. O autor cita os anos do milagre brasileiro os quais mostram que o objetivo foi acelerar o processo de industrialização e fazer do Brasil uma potência intermediária no contexto internacional. Em decorrência, as políticas sociais implantadas no país sempre foram inexpressivas além de excludentes, com objetivo de atingirem apenas uma pequena parcela da população. Dessa forma, o autor afirma que ou as políticas sociais não tiveram no Brasil continuidade; ou não foram feitos os devidos planejamentos, a definir claramente objetivos e raio de ação; ou então não foram submetidas à avaliação, de modo a medir sua eficácia ou seu grau de efetividade, tendo em vista a multiplicação da experiência ou a incorporação das práticas bem-sucedidas em outros contextos.

Segundo Rotta e Reis (2007), as novas reflexões sobre o desenvolvimento que se pressupõe a partir da década de 1990 trazem um conjunto de contribuições importantes para a construção de um novo papel das políticas sociais nas dinâmicas de desenvolvimento. Sendo assim, suas principais conclusões foram: Em primeiro lugar, as manifestações sociais não podem ser tratadas de forma isolada, mas devem

ser vistas na perspectiva da totalidade concreta das relações sociais. Em segundo lugar, evidenciam a fragilidade das metodologias de medir o desenvolvimento e aconselhar políticas fundadas apenas no PIB e na renda per capita, consolidando metodologias que coloquem em patamares semelhantes os indicadores sociais. Em terceiro lugar, demonstram a necessidade clara de se abandonar a falsa divisão entre gastos “produtivos” ou “econômicos” e gastos “sociais”, entendendo que os segundos são essenciais para a própria atividade econômica e para a obtenção do desenvolvimento humano. Em quarto lugar, evidenciam que a busca de um novo padrão de desenvolvimento passa pelo compromisso dos diferentes agentes econômicos, políticos e sociais em constituírem espaços de mediação e de articulação do estabelecimento de objetivos comuns. Em quinto lugar, demonstram que os espaços locais são lugares privilegiados para a construção de alternativas que podem se transformar em referências nacionais e internacionais.

Rotta e Reis (2007) analisam os rumos do desenvolvimento os quais apresentam hoje como uma questão fundamental da sociedade, pois esta é balizadora das políticas públicas e privadas e das ações individuais e coletivas. Ao tratar da relação entre desenvolvimento e políticas sociais, os autores pretendem contribuir para a reflexão a respeito dos rumos da sociedade brasileira atual, em meio ao contexto de transformações decorrentes do processo de reestruturação produtiva e societária mundial.

As políticas sociais são entendidas como resultado da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força; por isso as propostas de desenvolvimento são essenciais para a análise das políticas sociais (ROTTA; REIS 2007).

O conceito de desenvolvimento surgiu associado ao projeto da modernidade que previa a emancipação do ser humano e da sociedade, através da capacidade do ser humano de gerir sua própria história pelo uso da razão. A modernidade rompeu as formas tradicionais de pertencimento e proteção social, exigindo a produção de novos aspectos e instrumentos que deram origem às políticas sociais. Assim, o desenvolvimento e políticas sociais são produtos da modernidade e como tais devem ser reconhecidos e estudados (ROTTA; REIS, 2007).

Teixeira (2007) aponta elementos para uma problematização da democracia direta, em processos de descentralização e de participação da sociedade civil nos espaços de discussão das políticas públicas, em um contexto de reformas das

políticas sociais, iniciadas na década de 1990. Teixeira (2007), a partir de seu estudo, conclui que, apesar dos espaços de participação serem contraditórios e os sentidos de participação dos diferentes sujeitos estarem em confronto, a correlação de forças, favorável às forças conservadoras, redireciona as políticas sociais, imprimindo-lhes nova racionalidade e nova legitimidade, que distribuem responsabilidades para a sociedade civil.

Freitas (2008) analisa a crise do Estado social no que se refere a sua estrutura e indica desafios na formulação das políticas sociais contemporâneas. O autor aponta a perda da centralidade do Estado como formulador e gestor das regras da justiça que distribui, transferindo para a trajetória privada a tarefa de definir e implementar políticas públicas. No que toca à formulação de políticas públicas, o novo político da era “pós-socialismo” apresenta grupos sociais que buscam o reconhecimento das suas diversidades e tornaram-se secundárias as questões relacionadas à justiça redistributiva.

Desta forma, são muitos os desafios em relação às políticas sociais, mas a questão central passa unicamente pelo reconhecimento das diversidades. A preocupação com a diferença pouco contribui para uma visão abrangente das necessidades sociais como um todo. Por outro lado, secundariza questões importantes de natureza econômico-política que certamente estariam transpassando grande parte das injustiças sociais que tocam os grupos em questão (FREITAS, 2008).

De acordo com Hespanha (2008), o Estado tem agido, ao longo dos anos, como uma “máquina de indenizar” e isso revelou-se claramente inadequado para o tipo de situações de risco social que se apresentam hoje, como o desemprego de longa duração ou o desemprego dos trabalhadores sem qualificações profissionais. O emprego não existe pura e simplesmente para certas categorias da população, a não ser que essas pessoas melhorem a sua situação perante o mercado de trabalho, o que raramente está ao seu alcance sem qualquer ajuda. Ainda conforme Hespanha (2008), a melhoria desejável da situação só é possível se o Estado desenvolver políticas sociais distintas das políticas clássicas de garantia de rendimentos (políticas indenizatórias), políticas que auxiliem, verdadeiramente, as pessoas a se (re)inserirem na sociedade. Este é precisamente o objetivo da nova geração de políticas sociais: ajudar as pessoas a se inserirem socialmente, seja nos mercados de trabalho, seja em atividades socialmente reconhecidas. Inserção passou a ser uma palavra-chave.

Rizzini (2006), por sua vez, enfoca o fenômeno da globalização a partir dos impactos gerados na vida das crianças e adolescentes, como, por exemplo, a fome, desastres naturais e ainda as piores práticas de trabalho infantil. O autor analisou as transformações globais a partir das dimensões econômica, política e social. Mediante o estudo, ele concluiu que estes processos de mudança não são isolados e podem apresentar raízes locais.

Ainda conforme Rizzini (2006), o Brasil é um bom exemplo da interação entre as forças local, nacional e internacional para a promoção do bem-estar da criança de baixa renda. O país destaca-se pela aprovação do "Estatuto da Criança e do Adolescente", em 1990, uma lei que nasceu de um amplo movimento nacional que reuniu diversas organizações governamentais e não governamentais, universidades, militantes e grupos de base, incluindo alguns ligados à Igreja Católica. O movimento ganhou força em 1988 com a inclusão de um artigo sobre os direitos da criança na Constituição Federal, tendo contado com a participação ativa de muitos grupos militantes que lutaram, em seguida, pela aprovação da lei. O estatuto é tido como uma lei avançada, considerando-se principalmente a sua abrangência e as medidas progressistas que pressupõem maior participação da sociedade civil e a descentralização de poder na implementação da lei.

Questões atinentes às desigualdades sociais e ao reconhecimento social são abordadas por Pizzio (2008). Ele afirma que o reconhecimento social tem assumido caráter de urgência dado o suposto vínculo existente entre reconhecimento e identidade, onde a identidade designa algo como a compreensão de quem somos, de nossas características definidoras fundamentais como seres humanos. O autor faz reflexões, mostrando que as políticas de reconhecimento configuram-se num campo de possibilidades, espaço de formulação e implementação de projetos sociais coletivos, que tenham como objetivo conquistar e ampliar os direitos sociais característicos da cidadania, com reflexos na diminuição das desigualdades sociais em regimes democráticos. No que tange ao enfrentamento da desigualdade social, as políticas de reconhecimento são mais uma possibilidade no campo que se abre para os sujeitos individuais e coletivos buscarem a superação das condições a que se encontram submetidos.

Segundo Pizzio (2008), no que pese o enfrentamento da desigualdade social, as políticas de reconhecimento são mais uma possibilidade no campo que se abre para os sujeitos individuais e coletivos buscarem a superação das condições em que

se encontram. Dessa forma, é necessário agir com certa prudência quanto ao potencial redutor das desigualdades apresentado por estas políticas sociais. A verdade é que a desigualdade possui uma dimensão autoreprodutiva muito difícil de ser enfrentada.

Paiva e Mattei (2009) fazem uma análise das políticas sociais durante a primeira década do Século XXI, período em que ocorreram alguns avanços, mas também muitas dificuldades para a formação de um sistema de proteção social universal. Os autores destacam que, nos últimos anos, ocorreram modificações nas políticas sociais; isto fez com que essas permanecessem subordinadas às políticas macroeconômicas do país, as quais atuam em perfeita sintonia com a lógica do grande capital. Sendo assim, as políticas sociais atuam apenas para conter os danos do capital, não tendo papel mais efetivo no sentido de impor limites a esta lógica perversa. Os autores concluem que a ampla coesão social que dá apoio ao Governo Lula acaba sendo também um fator limitante das ações das políticas sociais na luta pela efetiva democratização do país.

Almeida (2010) fez um estudo das políticas sociais do governo Luiz Inácio Lula da Silva e de sua ação institucional. Segundo o autor, os resultados (no plano da política e da governança) são amplamente negativos, com o crescimento do número de dependentes do Estado, a reprodução de velhas políticas assistencialistas e com objetivos claramente políticos. Juntamente com a derrubada de restrições de ordem moral ao mais desenfreado oportunismo na utilização dos recursos públicos, e a disseminação da corrupção como o episódio do mensalão, passou a ocorrer uma banalização dos crimes por figuras partidárias, nos mais altos escalões do governo. Esse é, provavelmente, o pior legado a ser deixado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva no sistema político nacional. O balanço a ser feito nessa vertente é desolador, com a deterioração da ética e a destruição das instituições.

Conforme Almeida (2010), basicamente, todos os governos dispõem de duas vias para promover políticas sociais: a via dos mercados e a do próprio Estado, sendo a primeira indireta e aleatória, e a segunda, direta e focada em objetivos pre-determinados. A via dos mercados está identificada com produção de riquezas e criação de renda, investimentos e empregos no setor privado ou seja, é o único gerador real de riqueza social; quanto ao Estado, cabe promover um ambiente favorável à realização de negócios, gerar investimentos privados e intercâmbios externos.

Questões sociais como saúde pública também vêm preocupando os pesquisadores de políticas sociais. Neste sentido, Bulla e Tsuruzono (2010) apresentam reflexões a respeito da realidade brasileira, como o crescimento acentuado da população idosa, o que causa grandes impactos na qualidade de vida na família. Os autores evidenciam que é escasso o suporte social oferecido às famílias para o cuidado do idoso, pois muitos direitos da velhice, previstos pela legislação brasileira, não têm sido garantidos pelas Políticas Sociais. O idoso precisa de um sistema de proteção social que possa garantir as necessidades básicas; requer políticas sociais indutoras de inclusão, desenvolvidas através da articulação integrada de políticas públicas que apresentem eficácia no seu desenvolvimento.

Os países de economias desenvolvidas, ao contrário do Brasil, defenderam modelos de Estado de Bem-Estar Social, no pós-guerra, sustentados na teoria econômica keynesiana, o que incluiu condições especiais para a ampliação da geração de empregos, ganhos de produtividade nos salários e ampliação do consumo pela população. Desse modo, o Estado de Bem-Estar se caracterizou por um processo de implantação de programas sociais que compõem as políticas de proteção social, garantidas e efetivadas pelo Estado (VARGAS; VICCARI; BELLINI, 2010).

As políticas sociais direcionadas à família, por sua vez, têm papel importante como agente de proteção social. Neste sentido, de 2000 a 2004, houve um aumento significativo de políticas sociais voltadas para a família, destacando-se os programas: Família Cidadã, Bolsa Família, Fome Zero, Escola da Família, PAIF, bem como a PNAS e o Núcleo de Apoio à Família (NAF). Destes programas, cabe ressaltar e enfatizar o programa Família Cidadã, o Bolsa Família, o PAIF e a PNAS. O Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar – Família Cidadã, implantado no Rio Grande do Sul em 2001, propunha inovações promissoras e objetivava problemas absolutamente atuais, inclusive usando como concepção de família o mesmo conceito utilizado pelo Ministério da Assistência Social e que possibilita um olhar mais ampliado sobre esse grupo (FRONZA; BELLINI, 2009).

Almeida (2011) tem um outro olhar a respeito das políticas sociais a partir da definição de “focalizadas” ou “universalistas”. Para ele, depende do modelo de Estado capitalista a que a política se reporta, as políticas focalizadas podem ser associadas ao modelo neoliberal. A partir de seus estudos, a autora conclui que, para se chegar a políticas universalistas (comum a modelos mais voltados ao bem-estar social), faz-se necessário utilizar, como ferramenta, políticas focalizadas. Almeida (2011) ainda

destaca que, no Brasil, convivemos com a contradição imposta por uma legislação constitucional de cunho universalizante e adoção, pelos governos, de políticas sociais focalizadas, principalmente a partir da década de 1990, com princípios influenciados por órgãos externos, como FMI e Banco Mundial, orientados por concepção marcadamente neoliberal.

No modelo neoliberal, a economia acaba se desenvolvendo sem considerar as consequências sociais, já que seu objetivo maior está na regulação pelo mercado e no individualismo, e não na preocupação de garantias sociais. A mediação do mercado faz com que as políticas sociais, neste contexto, sejam planejadas para reparar apenas suas sequelas, tendo, em decorrência disso, um caráter focal e não universalista (ALMEIDA, 2011).

Rotta (2012) analisou os investimentos em políticas sociais realizados pelos municípios da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul e sua possível repercussão nos indicadores de desenvolvimento. Foi realizado um mapeamento do cenário a respeito do desenvolvimento regional, enfocando como as diferentes abordagens entendem o papel representado pelas políticas sociais na dinâmica de desenvolvimento das sociedades. Foram comparados os investimentos em políticas sociais em dois momentos específicos: a década de 1990 e os primeiros oito anos da década de 2000. Os estudos do autor, a partir da análise da realidade das políticas sociais desses municípios, ao longo de quase duas décadas (1991 a 2008), evidenciaram transformações significativas que repercutiram diretamente nos indicadores de desenvolvimento, especialmente as ligadas à área da educação e da saúde. Isso não significa, porém, que nestas áreas não existam problemas, mas sim que a consolidação de exigências legais de investimentos por parte dos governos federal, estadual e municipal tem repercutido diretamente na criação de melhores condições de vida e, também, servido como impulsionador do processo de desenvolvimento. Na área da educação, os grandes gargalos ainda a enfrentar situam-se na qualidade da educação básica e no acesso ao ensino superior; na área da saúde, a qualidade do sistema de atenção básica e o acesso aos serviços especializados merecem mais atenção. O autor ressalta que as constatações foram evidenciadas nas mais de 90 entrevistas realizadas, com pessoas representativas dos mais diferentes grupos sociais, nos quatro municípios.

Rotta (2012) aponta a existência de diferentes entendimentos em relação às políticas sociais, nas principais teorias do desenvolvimento regional. Para os

globalistas, elas representam mecanismos compensatórios para efeitos negativos da inserção na sociedade global de fluxos, ou são utilizadas como estratégias de competição entre as regiões. Para os regionalistas, elas são elementos ativos e integrantes do processo de desenvolvimento, sendo fundamentais para auxiliar na criação das condições para o crescimento econômico e para efetivar mecanismos que possibilitem ampliar a qualidade de vida da população. Sendo assim, sua definição e orientação estão sujeitas à dinâmica das relações estabelecidas entre os vários atores da sociedade local.

A reflexão sobre desenvolvimento regional, tanto no espaço acadêmico, quanto no meio social, econômico e político dos municípios, tem representado papel fundamental na produção de diagnósticos mais claros a respeito dos problemas, na apresentação de propostas e na mobilização dos diferentes atores para colocá-las em prática. Neste contexto, percebe-se, com nitidez, a importância das políticas sociais e a dimensão que elas assumem como elementos ativos e integrantes do processo de desenvolvimento, tanto para auxiliar na criação das condições para o crescimento econômico, quanto para efetivar mecanismos que possibilitem ampliar, gradativamente, a qualidade de vida da população (ROTTA, 2012).

Santos (2012) estimula o debate acerca das políticas sociais brasileiras no século XXI, no caso da materialização dos programas de transferência de renda direta às famílias. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, partindo das principais características das políticas sociais no atual contexto e do direcionamento das ações às famílias de baixa renda. Foram investigadas a origem e a implantação de programas desta capacidade, sendo constatado que as propostas iniciais tinham cunho universalista, mas, após emendas constitucionais, transformaram-se em ações focalizadas, seletivas e residuais. Por fim, o autor demonstra como as famílias brasileiras encontram-se cada vez mais sobrecarregadas de funções, sendo responsabilizadas pelo aparelho estatal ao invés de serem amparadas por um Estado de Bem-Estar Social.

Os programas de transferência de renda implantados no Brasil e o debate nacional em torno de programas com esse caráter demonstram uma centralidade na família. Nos anos 1990, houve uma reintrodução desse tema, que havia estado presente no debate político das décadas de 1930 e 1940. Embora a família, uma instituição tão antiga, tenha sofrido várias transformações, ela é o principal alvo das políticas sociais (SANTOS, 2012).

Yazbek (2012) analisa a pobreza brasileira, com ênfase nas formas historicamente desenvolvidas para seu enfrentamento. A autora parte de uma concepção de pobreza como fenômeno complexo e multidimensional. Apresenta ainda uma rápida caracterização de iniciativas históricas constituídas na perspectiva de seu enfrentamento.

Entre as abordagens multidimensionais destaca-se o pensamento de Amartya Sen, que enfoca a pobreza não apenas como baixo nível de renda, mas como privação de capacidades básicas, o que envolve acesso a bens e serviços. Para ele, o desenvolvimento seria resultado não apenas do crescimento econômico, mas consistiria “na eliminação das privações de liberdade e na criação de oportunidades” (SEN, 2000, p. 10).

Importante ressaltar que as políticas sociais interferem nos processos de reprodução social da vida, desenvolvendo sua ação em situações sociais que afetam as condições de vida da população em geral e sobretudo dos setores mais empobrecidos da sociedade, objetivando interferir nessas condições sob múltiplos aspectos. Podem produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais e culturais da vida de seus usuários, em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens, em seus comportamentos, valores, seu modo de viver e de pensar, suas formas de luta e de participação democrática, sua organização, suas práticas de resistência (YAZBEK, 2012).

Furlan e Pelissari (2013) fazem uma discussão a partir de uma pesquisa que visou identificar os temas e os contextos tratados nos artigos da revista *Psicologia e Sociedade* e nos anais dos *Encontros Nacionais da ABRAPSO*, ambos publicados por essa associação, no período que abrange de 2000 a 2010. Com os dados levantados, os autores discutiram a articulação dos contextos sociopolítico-cultural e o das políticas e projetos sociais, em que o primeiro revela grande incidência e o segundo, baixa incidência nas publicações. As conclusões apontaram para um aumento gradativo, de um ano para outro, nas produções que refletem acerca do contexto das políticas e projetos sociais. Esses dados, portanto, além de outros fatores, revelam o compromisso da Psicologia em adentrar os espaços referentes à construção de políticas públicas e projetos sociais com vistas a garantir a promoção e a defesa dos direitos humanos e uma sociedade digna para todos.

Segundo Furlan e Pelissari (2013), a Psicologia foi pioneira nos estudos das relações - seres humanos e sociedade. A Psicologia social possui caminhos

articulados com as condições históricas e estruturais, revelando o compromisso com as demandas sociais e políticas. O contexto das políticas e projetos sociais trata das experiências e reflexões relacionadas às políticas públicas e aos projetos sociais, à participação social, ao controle social e à construção dessas políticas com experiências em conferências, sindicatos, Conselhos e fóruns de direitos humanos, visando à construção da democracia e de políticas dos direitos dos cidadãos.

Furlan e Pelissari (2013) concluem seu estudo manifestando que há uma desarticulação e distanciamento das produções sobre a estrutura sociopolítico-cultural, ressaltando que, no quadro atual, existe injustiça e exclusão social. Com relação à incidência das produções no contexto das políticas, projetos sociais e políticas públicas, conclui que há um interesse e envolvimento daqueles profissionais que procuram a construção da Psicologia comprometida com o bem comum no qual se observa engajamento e se garantem os direitos humanos, as políticas públicas e os projetos sociais no intuito de buscar uma sociedade mais justa e igualitária onde todos possam ter uma vida mais digna.

Matias e Mascarenhas (2013), por sua vez, discutem as características e a passagem do Estado de Bem-Estar Social para o Estado Schumpeteriano, com a reestruturação do capitalismo em meados da década de 1970. Desde então, o Estado diminuiu sua atuação no atendimento das necessidades humanas e ampliou seu papel na organização e sustentação da acumulação capitalista. Portanto, segundo os autores, o fundo público é canalizado para o atendimento das necessidades do capital e as políticas sociais assumem um caráter de amortecedor das tensões sociais, promovendo a coesão social e, por outro lado, atuam como moeda que impulsiona o crescimento econômico e os lucros dos membros da burguesia.

Por fim, Matias e Mascarenhas (2013) afirmam que estamos vivendo em uma época sombria, na qual existe um progresso tecnológico extraordinário e um enriquecimento de grupos da burguesia, em paralelo a um empobrecimento humano nunca visto antes. Os autores ressaltam que está ocorrendo um retrocesso aos primórdios da exploração capitalista, porém de forma mais agressiva. A focalização das políticas sociais, a monetarização e as ações de ativamento dos trabalhadores, servem para ampliar a acumulação de capital e aliviar a situação de miséria social, seja no centro ou na periferia do capitalismo.

Palotti e Machado (2014) fazem uma reflexão acerca do funcionamento das instâncias de pactuação existentes no Brasil nas políticas de saúde, assistência social

e educação, assim como propiciam o entendimento, para os gestores das referidas políticas, sobre as consequências da adoção de um ou outro arranjo institucional de coordenação intergovernamental, processo em curso e em constante aperfeiçoamento na Federação brasileira.

Os estudos sobre federalismo no Brasil desenvolveram-se nas duas últimas décadas na Ciência Política brasileira em decorrência da redemocratização e dos desafios trazidos com a restauração da autonomia política de estados e municípios. A ênfase tem sido a produção de pesquisas que analisam a forma constitucional do federalismo brasileiro, os efeitos da descentralização sobre a implementação de políticas públicas e programas específicos, bem como a distribuição de recursos fiscais e encargos entre os entes da Federação (PALOTTI; MACHADO, 2014).

A partir de uma pesquisa teórica, Simionatto e Costa (2014) reconstróem as categorias gramscianas, hegemonia, aparelhos privados de hegemonia e ideologia na obra de Antônio Gramsci, especialmente nos *Cadernos do Cárcere*. A partir das mesmas, analisam, por meio de pesquisa documental, as atuais estratégias ideológicas das classes dominantes no fortalecimento de sua hegemonia, na refuncionalização do Estado e na condução das políticas sociais. As principais conclusões evidenciam como os governos brasileiros da era petista, apoiados em um conjunto de crenças e valores emanados da ideologia neoliberal, mantêm sua hegemonia através do consenso das classes subalternas e do apoio da classe burguesa.

Segundo Simionatto e Costa (2014), pesquisas permitem indicar categorias gramscianas na análise da realidade atual, indicando que, nestes tempos de continuidade das contrarreformas, de refuncionalização do Estado e das políticas sociais, predominam a “hegemonia da pequena política” e o “consentimento passivo”, aceitando-se a ordem como natural e imutável. Os Estados nacionais e as organizações internacionais reconhecem a necessidade de atenção à “questão social”, porém com políticas assistencialistas, que não alteram a essência da ordem do capital. Sendo assim, reafirma-se, neste cenário, a importância do acúmulo de forças e a (re)organização dos institutos coletivos da classe trabalhadora, como essenciais e imprescindíveis ao enfrentamento da hegemonia burguesa e à busca de caminhos de subversão à ordem vigente, com vistas à construção de um projeto civilizatório que somente poderá manifestar-se a partir da incontestável pressão vinda dos “de baixo”.

Soares, Poltronieri, Costa (2014), em seu estudo, analisam a transferência da responsabilidade social do Estado para a Iniciativa Privada, com foco nas políticas sociais direcionadas às pessoas idosas a partir da década de 80. A reflexão que as autoras propõem sobre a efetivação, concretização e ampliação dos direitos sociais, advindos das políticas sociais, evidencia a tendência atual da não materialização dos direitos conquistados. Sobretudo, elas concluem que a participação política do segmento idoso vislumbra a possibilidade de concretização de seus direitos.

Um dos grandes desafios às políticas sociais em relação ao idoso é assegurar o processo de desenvolvimento econômico e social, de tal forma que ocorra continuamente e com base nos princípios capazes de garantir tanto um nível econômico mínimo para a manutenção da dignidade humana, quanto a equidade entre grupos etários na divisão dos recursos, direitos e responsabilidades sociais (SOARES; POLTRONIERI; COSTA, 2014).

A Constituição Federal de 1988 é um marco importante no âmbito constitucional da proteção social da pessoa idosa, pois ela garante ao idoso aposentadoria por idade e pensão por morte para viúvos, além de instrumentalizá-la para efetivar os mecanismos de acesso aos serviços sociais. Os direitos da pessoa idosa estão presentes em vários capítulos da Constituição, atentando-se a mudança de paradigma da pessoa idosa assistida para a pessoa idosa ativa (SOARES; POLTRONIERI; COSTA, 2014).

Chies e Passos (2015) trazem à baila a discussão a respeito da política social na área da Previdência Social sobre o auxílio-reclusão. Segundo os autores, o auxílio-reclusão foi criado em 1933, através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM). No seu estudo, eles concluíram que a partir de uma categoria de trabalhadores desenvolveu-se uma consciência sobre a vulnerabilidade ao risco do encarceramento e então instituiu-se como próprio o instrumento de solidariedade.

O que a pesquisa demonstra é que a relação entre as políticas sociais e as políticas penais se constitui através de uma estrutura complexa de elementos, discursos, representações sociais, intervenções e práticas, os quais dialogam para, muitas vezes, complementarem-se em domínios de segregação e de exclusão social (CHIES; PASSOS, 2015).

Falsarella (2015) apresenta um estudo que explora e organiza ideias sobre tendências na avaliação de políticas e programas sociais. Parte dos três primeiros estágios da teoria da avaliação social: em primeiro, está a aplicação rigorosa de

métodos científicos; em segundo, o estudo dos fatores que influenciam a utilização da avaliação por quem toma decisões em órgãos públicos; em terceiro, a síntese dos estágios anteriores e análise de seus pontos fortes e fracos. A autora destaca que a pesquisa qualitativa, gradativamente ganhou espaço no universo da pesquisa social. Segundo a mesma, pesquisadores qualitativos visam a uma compreensão aprofundada do comportamento humano e das razões que governam tal comportamento, o que não é possível com a utilização meramente quantitativa de dados.

Falsarella (2015) aponta a atual tendência na avaliação de políticas e programas sociais, que é a realização de estudos de caráter quali-quantitativo (misto ou combinado), entendendo-se que abordagens qualitativas e quantitativas não são incompatíveis, mas sim complementares. Dados quantitativos, sistematizados, são iluminados por componentes qualitativos, assegurando uma melhor compreensão dos fenômenos.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) classificam-se as políticas sociais em: proteção social (seguridade social) e promoção social (oportunidades e resultados).

No que tange à proteção social, estão as políticas sociais vinculadas à seguridade social, tais como não poder prover seu sustento e da família por meio do trabalho, seja por velhice, morte, doença ou desemprego; neste caso, compreende programas e ações da Previdência Social, como aposentadorias, pensões e auxílios-saúde, assistência social e seguro-desemprego (IPEA, 2009).

No tocante à promoção social, essa política visa garantir às pessoas oportunidades e resultados; tais políticas abrangem desde a formação e desenvolvimento do cidadão, educação, cultura, políticas de trabalho e renda que visam à qualificação profissional, bem como políticas voltadas à agricultura familiar, à economia solidária, habitação e a mobilidade urbana (IPEA, 2009).

Por seu turno, Marques (2015) faz uma reflexão das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. Segundo o autor, as políticas sociais organizadas e financiadas pelo Estado, com vocação à universalização, foram fruto de uma correlação de forças estabelecida entre o capital vinculado ao padrão de acumulação fordista e os trabalhadores. Esse padrão de acumulação, fundado na produção de bens e serviços, esgotou-se relativamente quando começou a apresentar taxas de lucro cada vez menores e foi substituído pela presença dominante de um capital que

não estabelece vínculo com a produção. Esse capital, chamado de capital fictício, que tem-se expandido significativamente desde os anos 1990, tem auxiliado na manutenção de um baixo nível da atividade mundial e de um elevado desemprego. O autor ressalta que as grandes empresas, sem exceção, possuem aplicações de todos os tipos junto ao mercado financeiro.

Neste sentido, Marques (2015) afirma que este capital que se reproduz sem passar pela produção, tem sido largamente exitoso em seu propósito, apesar das crises. Esse êxito fortalece a ideia de que é possível fazer dinheiro (lucro) sem o concurso da ação criadora do trabalho vivo. Daí decorre seu descaso ou desprezo com relação ao nível dos salários dos trabalhadores, a sua condição de trabalho e vida e às políticas sociais. Ao mesmo tempo, o capital produtivo e comercial tem movido uma luta contra os trabalhadores na tentativa de recuperar taxas de lucro satisfatórias. Nessa luta, não só os salários são comprimidos como são reduzidos o campo da ação e o valor dos benefícios das políticas sociais. O “Não Lugar” das políticas sociais no capitalismo contemporâneo fica totalmente denunciado.

Segundo Lampreia (1995), o tema desenvolvimento social requer enfrentar a questão das iniquidades sociais de todos os tipos – gênero, raça, renda, emprego, acesso universal a bens de consumo coletivo, dentre outros, – que marcam nossa sociedade, sem restringi-las à dimensão única da pobreza.

O desenvolvimento com equidade demanda que se concebam as políticas econômicas como parte do processo de desenvolvimento social, e que, por sua vez, as políticas sociais, ao definirem seu público-alvo, concebam os grupos mais vulneráveis – os pobres – como sujeitos e não meramente como objeto de sua intervenção (LAMPREIA, 1995).

O desenvolvimento social não se reduz ao alívio imediato da pobreza, ou a uma orientação exclusiva para os grupos socialmente mais vulneráveis, tampouco autoriza que, de maneira simplista, se contraponha o mercado ao Estado e este à sociedade, ou ainda a política econômica à política social. Ao mesmo tempo, não cabe ignorar que o próprio mercado de trabalho pode atuar como elemento estruturador das desigualdades e da exclusão social (LAMPREIA, 1995).

Enfrentar a questão da pobreza implica, portanto, matizar a tradicional oposição entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, buscando uma articulação entre ambos. Em consequência, superar a concepção de políticas sociais restrita a seu caráter compensatório das desigualdades sociais geradas pelo mercado.

Mais que isso, assumir a própria dimensão econômica das políticas sociais, quer como geradoras, elas próprias, de emprego, quer como promotoras de novas oportunidades de investimento (LAMPREIA, 1995).

Diante de tais ideias, é possível afirmar que o tema desenvolvimento social é bastante complexo e que a economia foi, e ainda é, um grande pilar do desenvolvimento. Pensar em desenvolvimento social implica pensar em uma quantidade de aspectos econômicos, culturais, políticos, educacionais e psicológicos.

### 3 METODOLOGIA

Para Fonseca (2002), *métodos* significa organização, e *lógos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

De acordo com Jung (2004), a metodologia é um conjunto de métodos, técnicas e procedimentos que tem por finalidade viabilizar a execução do projeto, obtendo-se como resultado um novo produto, processo ou conhecimento.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em realizar uma avaliação das políticas sociais implementadas pela municipalidade através de uma pesquisa de campo junto ao bairro Empresa o mais populoso do município de Taquara. Para atingir o objetivo deste estudo, realizou-se uma pesquisa de natureza aplicada.

O estudo, portanto, foi exploratório e descritivo. A Pesquisa descritiva, segundo Prodanov e Freitas (2009), define-se por expor as características de uma determinada população ou fenômeno, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto aos procedimentos metodológicos, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica, documental, e pesquisa de campo. A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de instrumentos (FONSECA, 2002).

Os procedimentos utilizados em campo, segundo Lakatos e Marconi (1991), têm o objetivo de conseguir informações e conhecimentos sobre um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Quanto à abordagem analítica, ela foi quantitativa e qualitativa. De acordo com Soares e Castro (2012), a pesquisa quantitativa é proveniente das ciências naturais e os métodos de pesquisa quantitativos também possuem legitimidade nas ciências sociais. Segundo as autoras, tal abordagem é vista como rigorosa e confiável e, em geral, tende a predominar nas ciências físicas. O método quantitativo de pesquisa é visto como o melhor método para acessar a realidade.

Goulart e Carvalho (2005) afirmam que a pesquisa quantitativa enfatiza aspectos como objetividade, a independência entre sujeito e objeto, e a suposta

neutralidade do pesquisador. Além disso, os autores citados acima complementam que a pesquisa quantitativa possui uma preocupação com a validade e a confiabilidade de seus resultados para que se possam realizar generalizações.

Quanto à pesquisa qualitativa, Soares e Castro (2012) afirmam que é de difícil definição em função da existência de diferentes perspectivas, epistemologia e ontologias, incluindo a própria base epistemológica que fundamenta a pesquisa qualitativa.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Sendo assim, a integração dos métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa é relevante, uma vez que uma complementa a outra. A integração entre os dois métodos proporciona um olhar mais amplo para a pesquisa, trazendo avanços ao conhecimento.

A fim de viabilizar um maior retorno de questionários, recorreremos ao apoio da Escola Estadual de Ensino Médio Willibaldo Bernardo Samrsla, localizada no bairro Empresa de Taquara. O questionário foi aplicado às famílias que possuem vínculo com a escola deste bairro.

O bairro Empresa do município de Taquara/RS concentra 15% do total da população. Dessa forma evidencia-se como o bairro mais populoso da cidade. Por este motivo, foi escolhido para ser o foco da nossa pesquisa, além disso foram feitas entrevistas com os gestores municipais os quais indicaram que o bairro que melhor representa a cidade em virtude do seu território, população e carência social é o bairro empresa.

Quanto à coleta de dados, foi realizada no período de 01/08/2017 a 31/08/2018 pela própria pesquisadora e obtivemos retorno de 102 questionários devidamente preenchidos pelas famílias do bairro.

Foi mantido o sigilo das informações de identificação das famílias, e os dados coletados foram relacionados, tabulados, interpretados, categorizados e apresentados pela pesquisadora da seguinte forma: análise qualitativa das informações e dados gráficos das análises.

Para complementar a coleta de dados da pesquisa, utilizou-se o método de entrevistas junto a Secretaria de Desenvolvimento Social, valemo-nos de informações

repassadas pelo Secretário e pela Coordenadora Técnica da mesma secretaria e também utilizou-se de pesquisa documental sobre as ações sociais através das descrições contidas no Portal da Prefeitura Municipal de Taquara.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto. Mediante uma conversa de natureza profissional, este procedimento é utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATOS; MARCONI, 1991). Na pesquisa documental, a fonte de coleta de dados fica restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de “fontes primárias” (LAKATOS; MARCONI, 1991).

O conteúdo das pesquisas foi analisado de acordo com os objetivos específicos do presente estudo. Sendo assim, a análise teve como objetivo organizar e sumarizar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação (GIL, 1999).

## 4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

### 4.1 Breve caracterização do Município de Taquara/RS

O município estudado, denominado Taquara, está situado na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o último Censo do IBGE (2010), Taquara possuía 54.656 habitantes, sendo que a maioria reside na área urbana e apenas 9.380 destes vivem na zona rural.

Localizada no Vale do Rio Paranhana, está a menos de 100 km da capital Porto Alegre e dos municípios de Gramado, Canela e do Litoral Norte. Seus limites ao Norte são Igrejinha, Três Coroas e São Francisco de Paula; ao Sul, Glorinha e Gravataí; ao Leste, Rolante e Santo Antônio da Patrulha, e no Oeste, Parobé, Sapiranga e Novo Hamburgo.

**Figura 1 - Estado do Rio Grande do Sul – localização do município em estudo**



Fonte: Corede – Paranhana/Encosta da Serra (2015).

Arrolamos a seguir algumas informações sobre a economia do município. No início de sua colonização, a economia de Taquara baseava-se na agropecuária. Na agricultura destacavam-se as culturas de feijão, milho, cana-de-açúcar e mandioca e, na pecuária, a criação de suínos e bovinos de leite. A via férrea entre os municípios de Novo Hamburgo e Taquara foi inaugurada em 1903 e trouxe grande contribuição para o progresso de Taquara, pois servia de canal de escoamento da produção. Nesta época, o município ostentava a condição de um dos maiores produtores de feijão preto

do Estado. Na década de 1940, Taquara foi considerada a “Capital do Piretro”. A produção de flores de piretro era usada na fabricação de inseticidas, que atingiu seu auge em 1945 e 1946, quando chegou a 1000 toneladas por ano e era quase totalmente exportada para os Estados Unidos. Resumidamente, a economia de Taquara, ao longo dos anos, pode ser definida da seguinte maneira: Década de 30 – produção de feijão preto; na Década de 40 – produção de flores de piretro; e na Década de 50, criação de gado leiteiro.

A partir de 1950, a indústria calçadista passou a ter relevância na economia taquarense, sendo que sua produção hoje é quase toda exportada. O comércio passou a ter representatividade em razão da privilegiada posição geográfica do município. No setor primário, Taquara possui um dos melhores rebanhos de leite do Estado, sendo considerada, portanto, uma das maiores bacias leiteiras (TAQUARA, 2017).

Atualmente, Taquara possui centenas de propriedades rurais, na sua maioria pequenos e médios estabelecimentos agropecuários de produção diversificada. O seu Parque Industrial abriga diversos estabelecimentos, predominando as indústrias calçadistas (alguns com expressiva produção, destinada ao mercado externo), beneficiamento de madeira, produtos químicos, metalúrgicos, eletrônicos e produtos de alimentação. Existem também estabelecimentos comerciais, onde se destaca a comercialização de eletrodomésticos, tecidos, miudezas, ferramentas e produtos alimentícios.

Taquara tem seu nome proveniente da vegetação de bambus silvestres (taquarais) que, na época de sua colonização, cobriam as margens do Rio dos Sinos, um dos cursos d’água que banha o município.

Em função de sua história e posição geográfica, Taquara exerce papel de polo regional em diversas áreas. Uma delas é a do comércio, que apresenta expressiva diversificação em todos os ramos, podendo se comparar à estrutura dos grandes centros. Outro setor muito desenvolvido é o da prestação de serviços, em que se inclui a localização de diversos órgãos públicos de atuação regional. O município também é considerado polo no setor de educação e da saúde, com estabelecimentos de alto nível que prestam atendimento à população de diversos municípios vizinhos.

Na área da educação, além da rede pública, possui estabelecimentos particulares de grande porte, entre os quais uma instituição de ensino superior, as Faculdades Integradas de Taquara-FACCAT.

Taquara é um município com IDH-M (0,819) próximo ao índice máximo, cujo valor é 1.

A figura 2 mostra a atual distribuição dos bairros do município de Taquara/RS, com uma área territorial aproximada de 458 km<sup>2</sup>.

**Figura 2 – Distribuição dos Bairros do município de Taquara/RS**



Fonte: Prefeitura de Taquara (2017).

O município de Taquara possui 22 bairros, sendo eles: Bairro Centro, Jardim do Prado, Ronda, Sagrada Família, Ideal, Km 4, Eldorado, Nossa Senhora de Fátima, Recreio, Morro do Leônico, Empresa, Tucanos, Mundo Novo, Medianeira, Santa Terezinha, Petrópolis, Santa Rosa, Fogão Gaúcho, Cruzeiro do Sul, Picada Francesa, Morro da Cruz, Santa Maria. Veja a seguir, na tabela 1, a população dos bairros do município conforme dados do IBGE (2010).

**Tabela 1 – Bairros do município de Taquara e População em 2010.**

<b>Nº</b>	<b>Bairro</b>	<b>População</b>
1	Empresa	6.452
2	Santa Teresinha	4.909
3	Jardim do Prado	3.766
4	Mundo Novo	3.466
5	Petrópolis	3.169
6	Centro	2.978
7	Cruzeiro do Sul	2.775
8	Medianeira	2.677
9	Santa Rosa	2.418
10	Nossa Senhora de Fátima	1.722
11	Santa Maria	1.532
12	Eldorado	1.221
13	Recreio	1.075
14	Tucanos	970
15	Sagrada Família	716
16	Morro do Leôncio	631
17	Morro da Cruz	481
18	Km 4	321
19	Ideal	308
20	Picada Francesa	187
21	Ronda	173
22	Fogão Gaúcho	161
	<b>Total</b>	<b>42.108</b>

Fonte: Sinopse por setores IBGE (2010).

O bairro Empresa do município de Taquara/RS concentra 15% do total da população. Como mostra a tabela, evidencia-se como o mais populoso da cidade. Por este motivo, foi escolhido para ser o foco da nossa pesquisa.

Para avaliar as políticas sociais do município de Taquara, foi preciso uma aproximação da pesquisadora junto ao poder público para conhecer e descrever os principais projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social.

## 4.2 Políticas Sociais do município de Taquara/RS

Tendo em vista o objetivo específico do estudo, descrevem-se aqui as políticas sociais do município de Taquara/RS, especialmente as implementadas pela Secretaria do Desenvolvimento Social.

Para tanto, valemo-nos de informações repassadas pelo Secretário e pela Coordenadora Técnica da Secretaria de Desenvolvimento Social, complementadas por descrições contidas no Portal da Prefeitura Municipal de Taquara.

A Secretaria de Desenvolvimento Social de Taquara/RS está estruturada pelos seguintes setores:

1. Centro de Referência de Assistência Social (CRAS): esta é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, atuando de forma intersetorial, com o objetivo de potencializar a proteção social. Junto ao CRAS funciona o Cadastro Único – o CadÚnico, que consiste num conjunto de informações sobre as famílias brasileiras (e no caso em estudo, sobre as famílias do município de Taquara) em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias de baixa renda que recebem até meio salário mínimo por pessoa ou que ganham até três salários mínimos de renda mensal familiar total. De acordo com o relatório de informações sociais extraídas do SAGI, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social, no município de Taquara/RS, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2017 era de 3.404 dentre as quais: 606 com renda *per capita* familiar de até R\$85,00; 955 com renda *per capita* familiar entre R\$85,01 e R\$170,00; 1.232 com renda *per capita* familiar entre R\$170,01 e meio salário mínimo; 611 com renda *per capita* acima de meio salário mínimo. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de dezembro de 2017, 1.159 famílias, representando uma cobertura de 54,7% da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio mensal de R\$135,42 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou

R\$156.955,00 no mês. Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de setembro de 2017, atingiu o percentual de 98,1%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 1.480 alunos acompanhados em relação ao público total no perfil equivalente a 1.509. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 84,9%, resultando em 259 jovens acompanhados de um total de 305. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de julho de 2017, atingiu 48,8 %, percentual equivalente a 587 famílias de um total de 1.203 que compunham o público-alvo no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

2. Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): este local é responsável pelo apoio, orientação e acompanhamento dos indivíduos e famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos. O CREAS fornece acompanhamento técnico especializado, desenvolvido por uma equipe multiprofissional, potencializando a capacidade de proteção da família e favorecendo a reparação da situação de violência vivida. O atendimento é realizado no CREAS, ou pelo deslocamento de equipes nos bairros e domicílios, e os serviços funcionam em articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras organizações de Defesa de Direitos, com os demais serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

3. Albergue Municipal e Rouparia: este estabelecimento atende das 19h às 7h, de segunda a sexta-feira, com janta e café, tendo em vista o cidadão em estado de emergência ou trânsito, três dias de pernoite, local para higiene pessoal, descanso e alimentação. Possui, também, roupas disponíveis a todos os cidadãos, todas selecionadas e em plena situação de uso. Conta com doze leitos, separados por gênero. Em visita à Secretaria de Desenvolvimento Social em Janeiro de 2018, o Secretário em exercício informou que o albergue está em vias de encerrar suas atividades, previsto para março de 2018. Há um projeto licitatório em andamento para a prestação deste serviço de forma terceirizada. Segue registro fotográfico, figura 3 do albergue municipal realizado durante a pesquisa de campo.

**Figura 3 - Albergue Municipal – Adair Ramos Garcia**



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

4. Primeira Infância Melhor: este programa integra a política de governo do Estado do Rio Grande do Sul, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde e apoio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e de Desenvolvimento Social e Habitação. Trata-se de um programa de ação socioeducativo voltado às famílias com crianças de zero a seis anos de idade e gestantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O atendimento ao público é feito junto à Gestão de segunda a sexta-feira em horário comercial.

5. Conselho Tutelar: a equipe é constituída por cinco funcionários que atendem casos de crianças e adolescentes ameaçados ou com os direitos violados.

6. Centro Comunitário do Bairro Santa Terezinha: neste local funciona a Oficina de Costura, espaço destinado à realização de cursos do Pronatec buscando o desenvolvimento da comunidade. Aqui, chama-se a atenção para a falta de identificação do local, não há placas ou sequer informação sobre dias e horários de atendimento. Não há uma divulgação adequada sobre as ações e projetos realizados. A seguir, registro fotográfico do Centro Comunitário do Bairro Santa Terezinha durante a pesquisa de campo (figura 4).

**Figura 4 - Centro Comunitário do Bairro Santa Terezinha**



Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

7. Agência Taquarense de Empregos – ATE: inaugurada em Julho de 2014, teve suas atividades encerradas em setembro de 2017. A agência atendia junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação; era um serviço gratuito que visava intermediar o acesso entre a empresa e o colaborador. Tinha como objetivo integrar as pessoas ao mercado de trabalho e disponibilizar mão de obra qualificada às empresas. A Agência Taquarense de Empregos – ATE era regida pela Lei Municipal nº 5.480. Na sua equipe, havia uma coordenadora, uma psicóloga e duas recepcionistas. Este serviço estava atrelado também ao Bolsa Família e ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. A coordenadora técnica relatou em maio de 2016 que estava com baixa procura em função da extinção de bolsas do PRONATEC, o que de alguma forma contribuiu para o encerramento deste serviço proporcionado pela municipalidade.

8. Varal Solidário: é uma das alternativas destinadas às pessoas carentes do Município quando o assunto é vestuário. Todas as quintas-feiras pela manhã, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, é disponibilizada uma variedade de roupas e agasalhos que podem ser levados, sob a forma de doação, para quem precisa. Segundo o secretário, as peças, sendo roupas, calçados e acessórios, advêm de doações destinadas à Secretaria durante o ano todo. O Varal Solidário foi lançado em julho de 2015, justamente com a intenção de suprir a demanda das pessoas de baixa renda, que não têm condições de adquirir peças novas.

Em visita à Secretaria de Desenvolvimento Social de Taquara/RS, fomos informados de que a Secretaria conta com aproximadamente 38 colaboradores. Em relação aos automóveis, a Secretaria possui três veículos, sendo dois da Secretaria e um exclusivo para atendimento ao Conselho Tutelar.

Como resultado das entrevistas realizadas com o Secretário e a Coordenadora Técnica da Secretaria do Desenvolvimento Social de Taquara, podemos afirmar que o município está relativamente bem equipado para atendimento das necessidades sociais da população. Entretanto, percebe-se que a tendência é de diminuição gradativa dos serviços e encerramento de várias atividades. Em função da recessão econômica que o país atravessa e que afeta profundamente a estrutura pública municipal, os cortes em atividades consideradas não essenciais são iminentes.

### **4.3 Análise dos dados**

A pesquisa de campo foi realizada no bairro mais populoso da cidade de Taquara, justamente onde se concentra a população que mais utiliza e mais depende dos serviços sociais supostamente providenciados pela municipalidade, tais como assistência à saúde, educação formal, saneamento básico, coleta do lixo, limpeza urbana e segurança. Como o objetivo principal deste estudo consistiu em avaliar a qualidade da assistência social prestada pela Prefeitura Municipal, partiu-se do pressuposto de que a estratégia metodológica mais adequada para satisfazer este objetivo seria concentrar o levantamento de dados num bairro que melhor representasse essa camada da população. Segundo todas as pessoas entrevistadas junto à administração pública municipal, esse bairro mais representativo seria o bairro Empresa. A partir da localização da pesquisa de campo, entramos em contato com a Direção da Escola Estadual Willibaldo Bernardo Samrsla, maior escola do bairro e para onde convergem as famílias no acompanhamento dos filhos. Com o auxílio da Direção e do corpo docente, foram aplicados os questionários (ver Anexo A) aos pais dos alunos da referida escola. Nela há mais de 770 alunos matriculados, cujas famílias são, em grande parte, beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que torna a amostra mais representativa da população alvo do estudo.

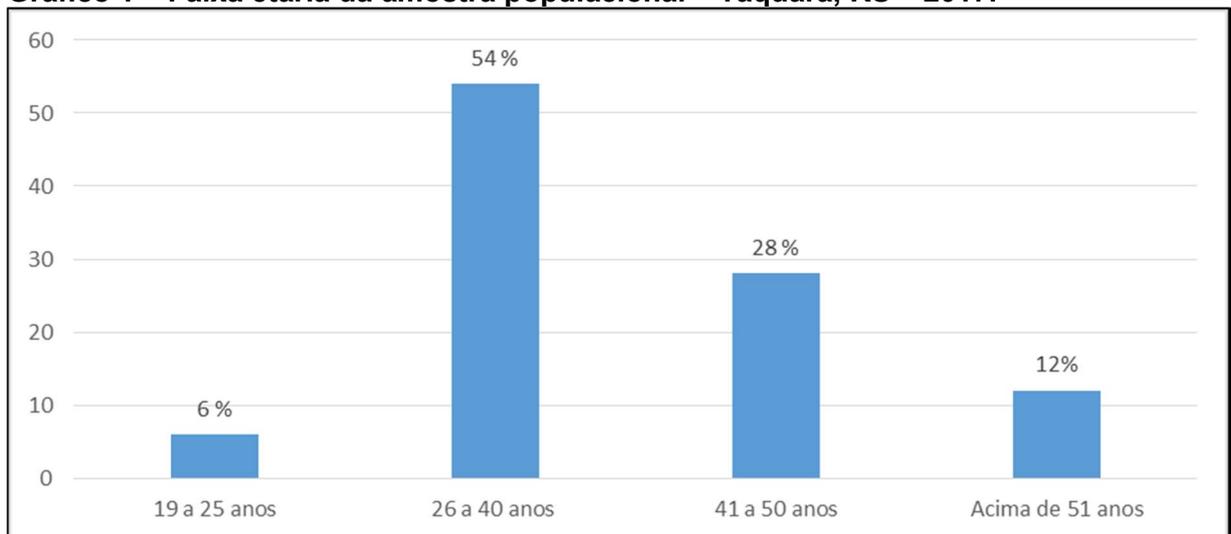
#### 4.3.1 Resultados obtidos

Com o apoio da Direção e dos Professores da Escola obteve-se um retorno de 102 questionários devidamente preenchidos. Todos os dados da pesquisa apresentados a seguir, em forma de gráficos, referem-se a essa amostra de moradores do bairro Empresa, alvo da pesquisa.

#### 4.3.2 Perfil da população pesquisada

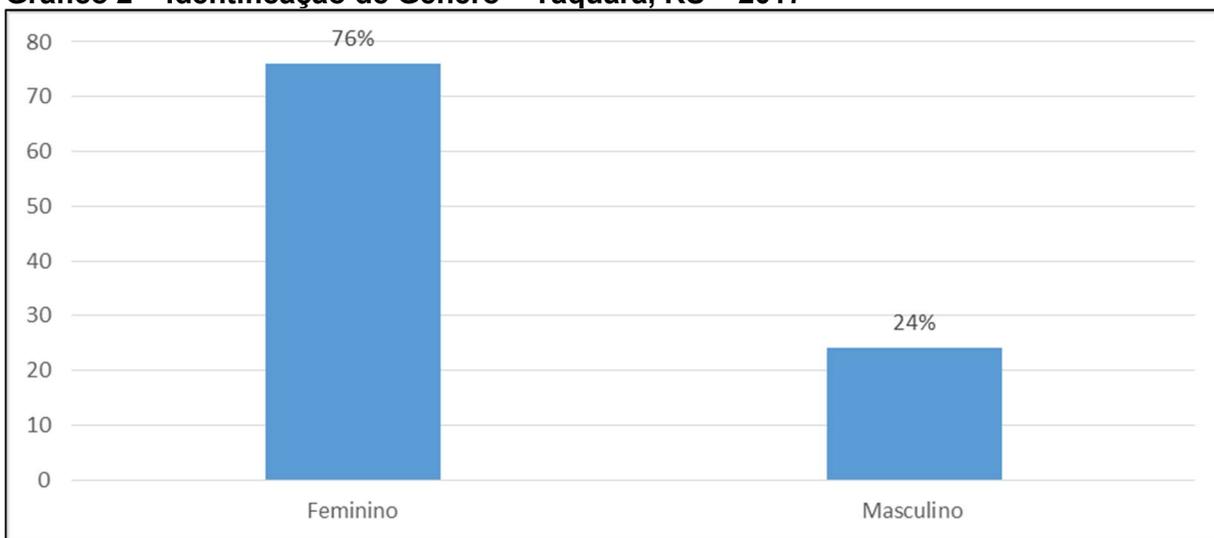
Quanto à idade, os respondentes se distribuem nas faixas etárias constantes do gráfico 1.

**Gráfico 1 – Faixa etária da amostra populacional – Taquara, RS – 2017.**



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

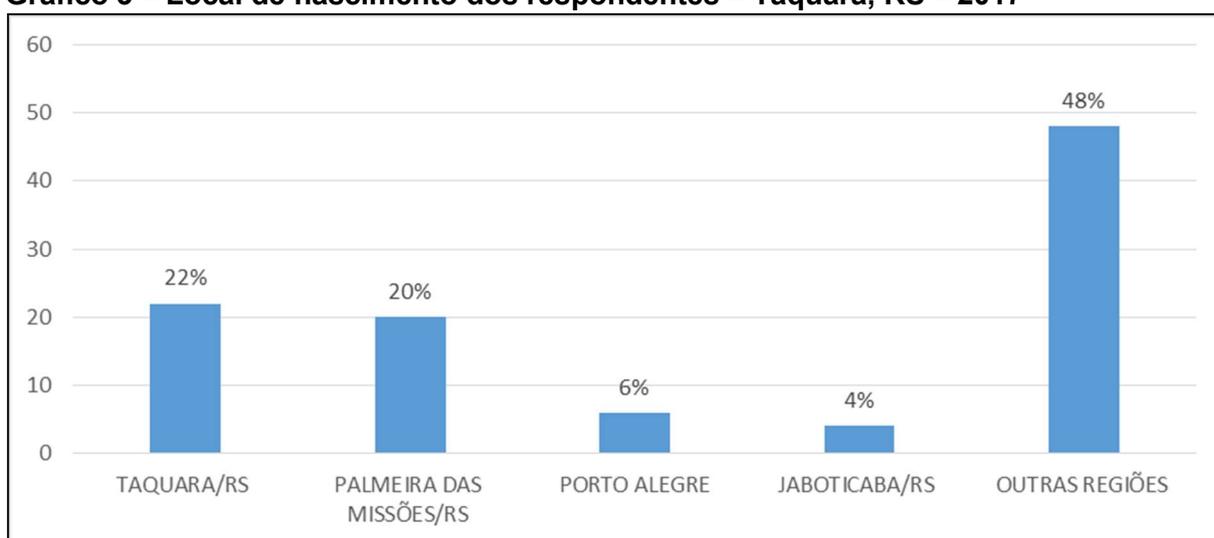
Destacam-se as faixas etárias entre 26 e 50 anos, somando 82%, ou seja, uma população jovem e economicamente ativa e constituída basicamente por “chefe de família”. Dos entrevistados, 12% tem idade acima dos 51 anos e apenas 6%, abaixo de 25 anos.

**Gráfico 2 – Identificação de Gênero – Taquara, RS – 2017**

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Em relação ao gênero dos respondentes, constatou-se que a maioria era do sexo feminino, com 76%, demonstrando, assim, que a mulher tem papel importante como mantenedora da casa, bem como ela se preocupa com o acompanhamento escolar dos filhos, evitando abandono e o desempenho deficiente dos mesmos.

A pesquisa buscou identificar, também, se os respondentes eram nascidos no próprio município ou se emigraram de outras regiões, sendo que essa mudança pode ter influenciado de alguma forma no modo de vida e ou na economia familiar.

**Gráfico 3 – Local de nascimento dos respondentes – Taquara, RS – 2017**

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

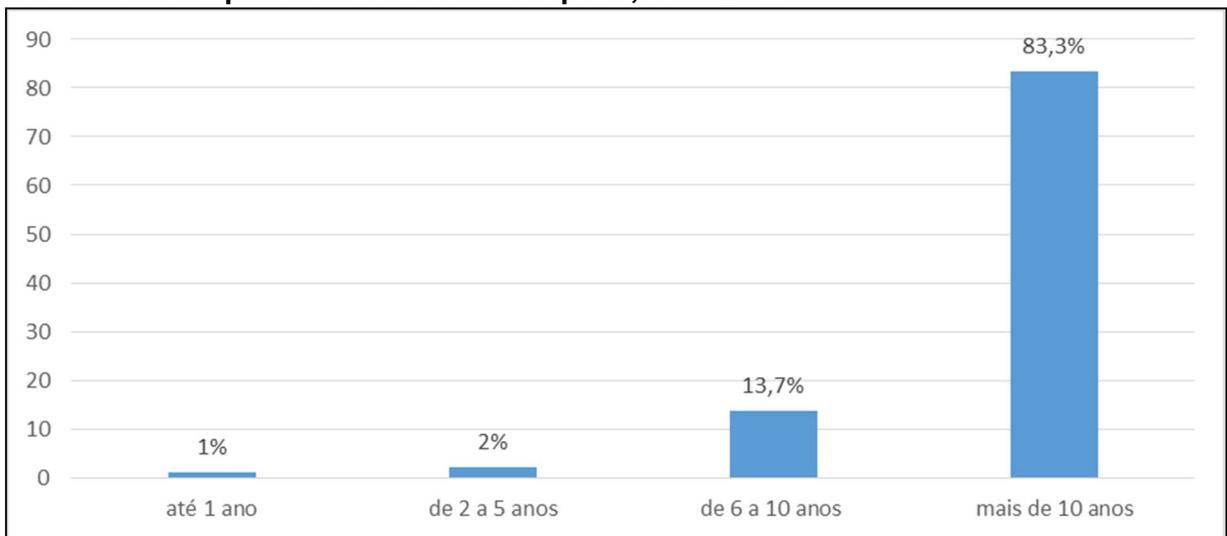
Os dados apresentados neste gráfico são surpreendentes. Pouco mais de 1/5 da população residente no bairro Empresa é originária do próprio município de



região historicamente tem proporcionado significativas correntes migratórias, seja para outras regiões do Rio Grande do Sul, seja para os estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Rondônia.

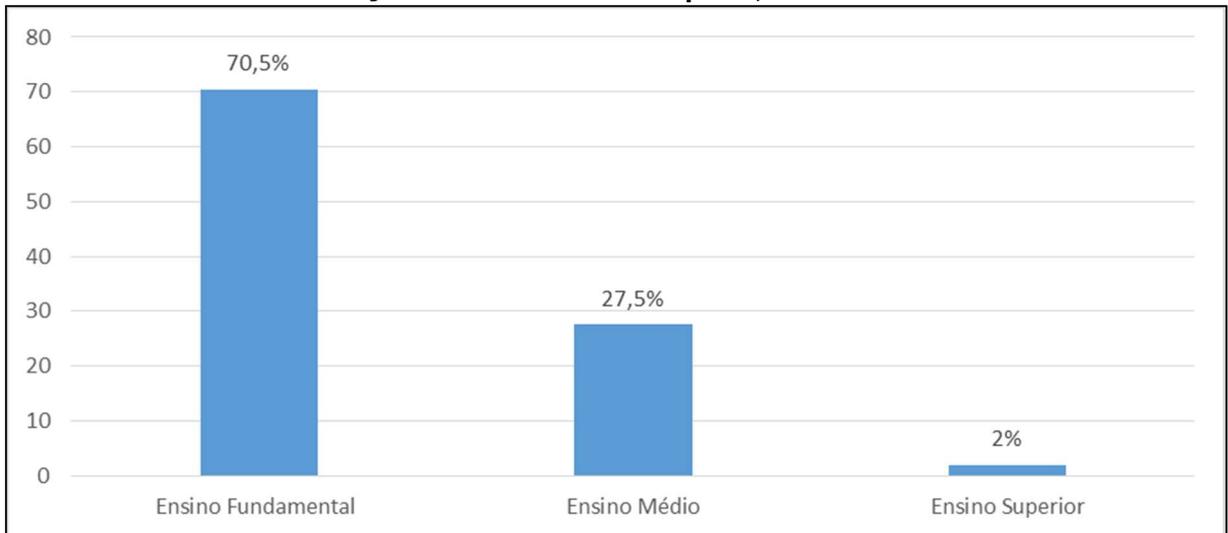
Coletaram-se dados referentes ao tempo de residência no município de Taquara, pois considera-se importante esta informação no sentido de avaliar a visão frente à ação da Prefeitura Municipal, objetivo principal deste estudo.

**Gráfico 4 – Tempo de residência em Taquara, RS – 2017**



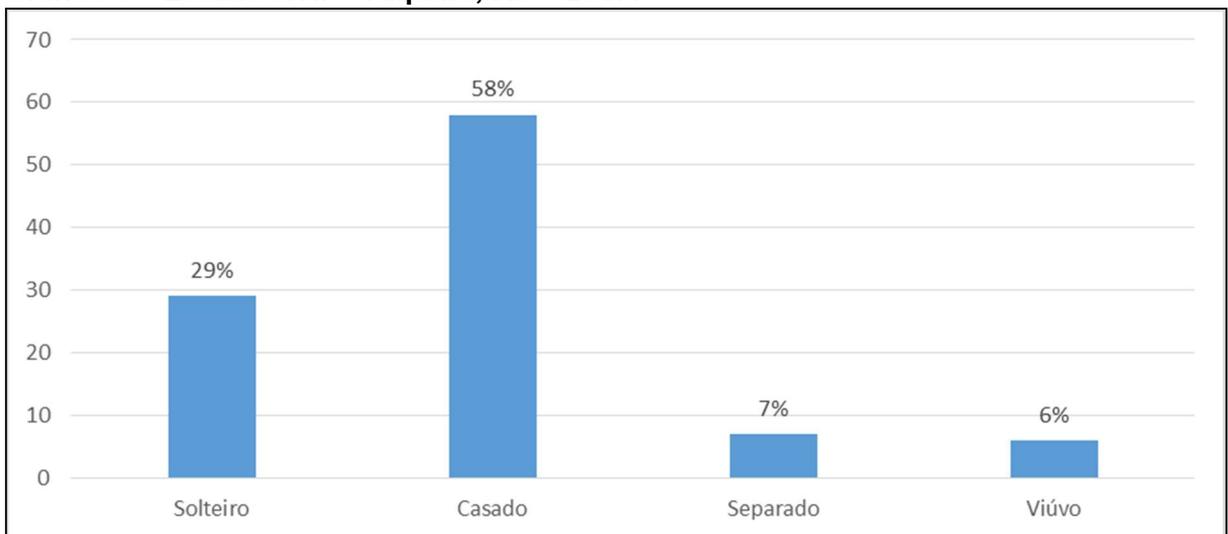
Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Do total dos respondentes da pesquisa, 83,3% relataram que residem no município há mais de uma década, o que se pode considerar um longo período de tempo. Este dado nos assegura que a população deve possuir uma percepção acurada frente às ações da Prefeitura Municipal de Taquara.

**Gráfico 5 – Grau de instrução/Escolaridade – Taquara, RS – 2017.**

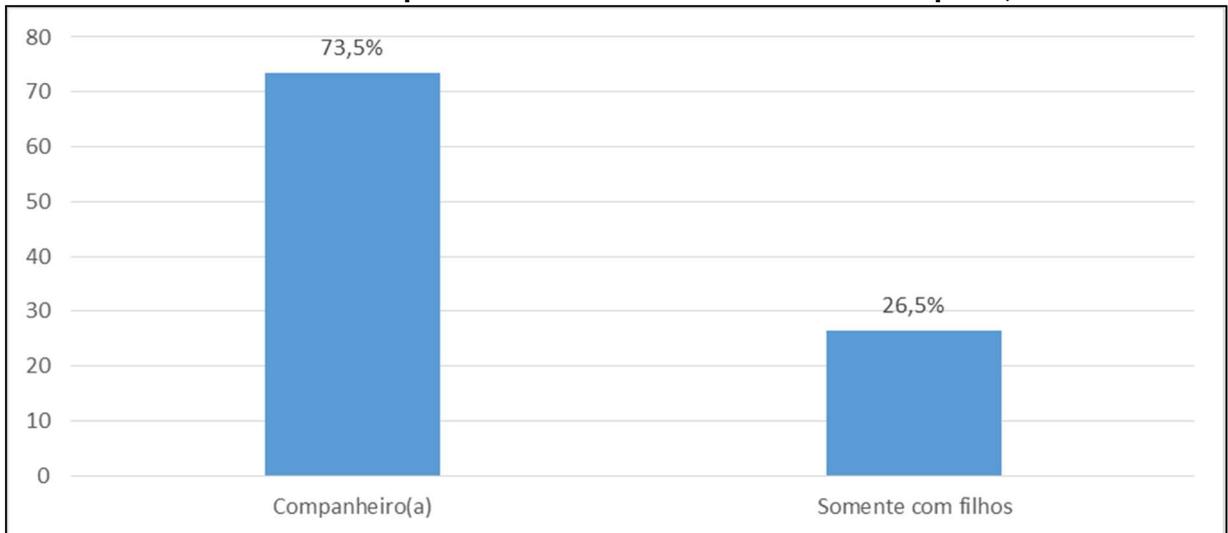
Fonte: Pesquisa de campo (2017).

No gráfico 5, buscou-se analisar o grau de instrução dos respondentes. Verificou-se um percentual significativo de adultos (70,5%) com baixa escolaridade, ou seja, o nível fundamental, seguindo ensino médio (27,5%) e ensino superior (2%). A baixa escolaridade, de alguma forma, dificultou o desenvolvimento social e cultural das famílias.

**Gráfico 6 – Estado civil – Taquara, RS – 2017.**

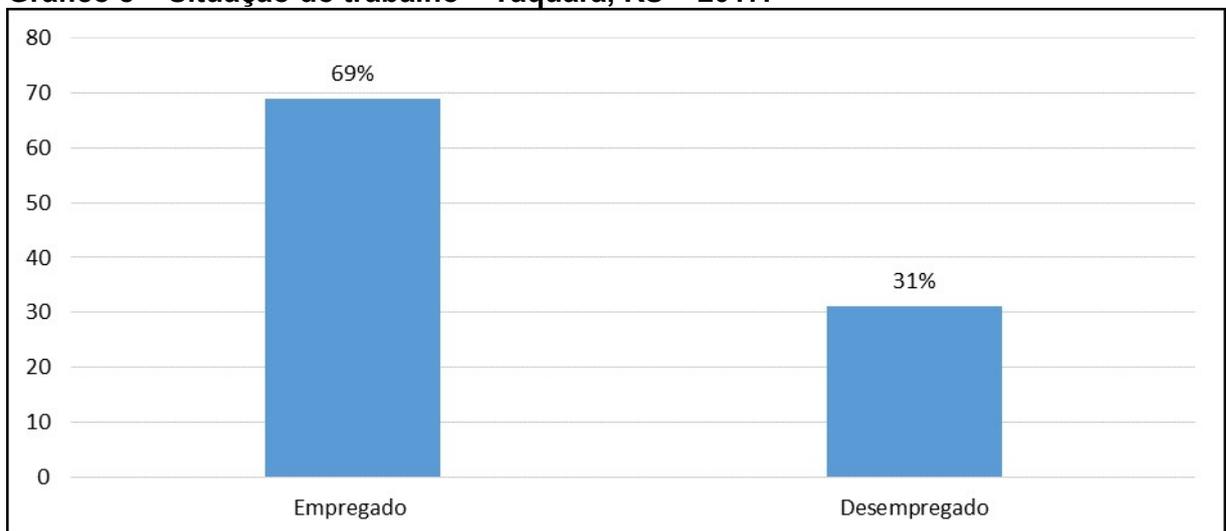
Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Quanto ao estado civil, a maioria dos respondentes declarou-se casada (58%), seguido por solteiros (29%), separados (7%) e viúvos (6%).

**Gráfico 7 – Reside com Companheiro ou somente com filhos – Taquara, RS – 2017.**

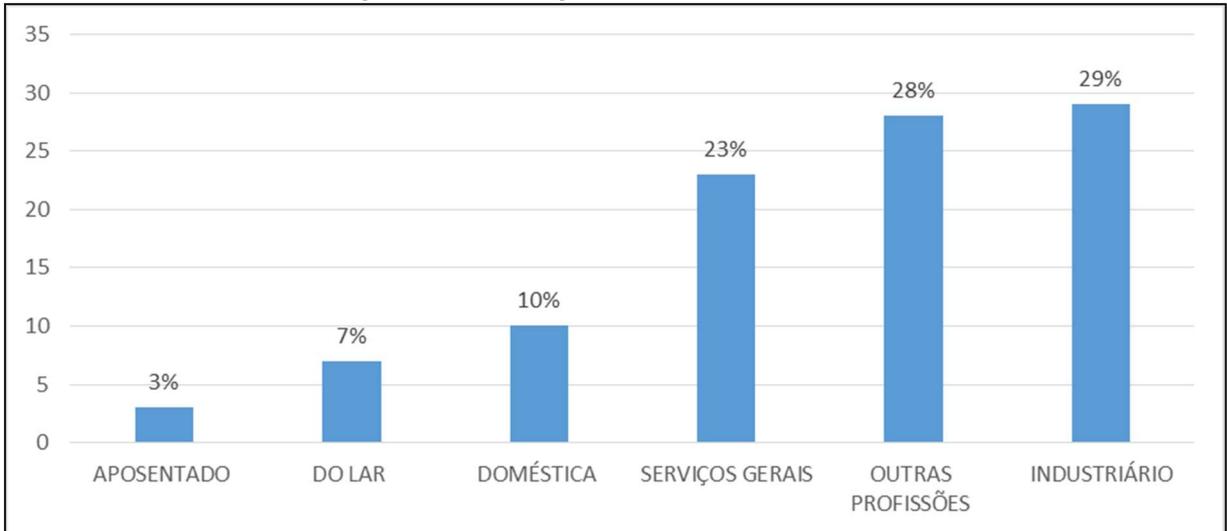
Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nesta questão, a grande maioria, 73,5%, respondeu que mora com companheiro enquanto 26,5% respondeu que reside apenas com os filhos. Portanto, pode-se concluir que a maioria das famílias residentes no bairro investigado está estruturada no formato tradicional, convivendo com o companheiro ou a companheira.

**Gráfico 8 – Situação do trabalho – Taquara, RS – 2017.**

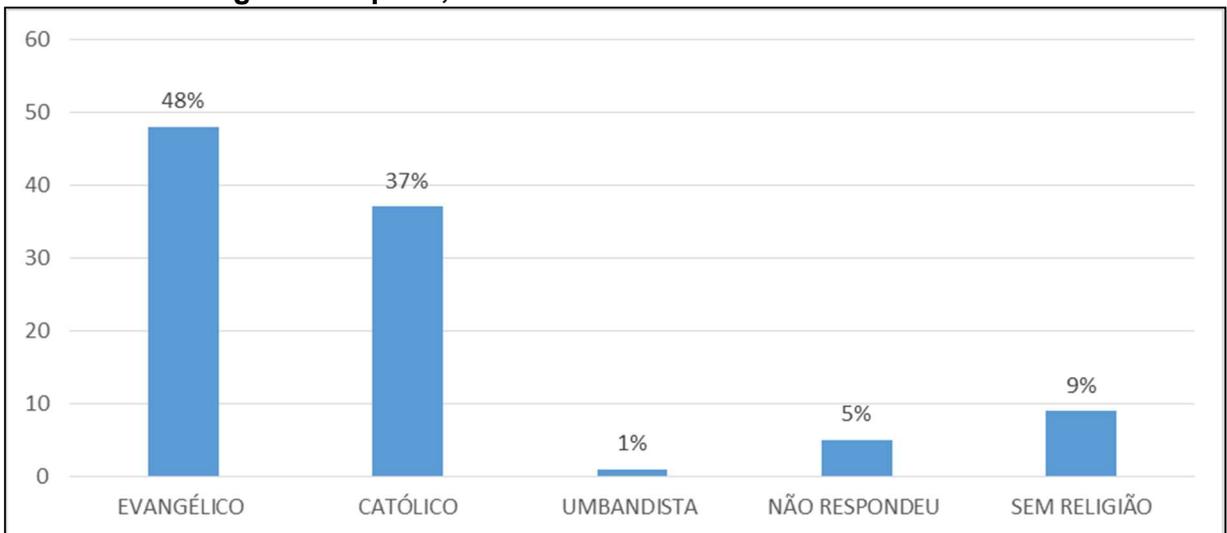
Fonte: Pesquisa de campo (2017).

O gráfico 8 indica que 69% dos respondentes estão ativos no mercado de trabalho, enquanto que 31% afirmaram que não estão trabalhando. Esse último contingente não necessariamente está desempregado na sua totalidade. Parte deles pode ter optado por atender ao trabalho doméstico.

**Gráfico 9 – Atividade Ocupacional – Taquara, RS – 2017.**

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

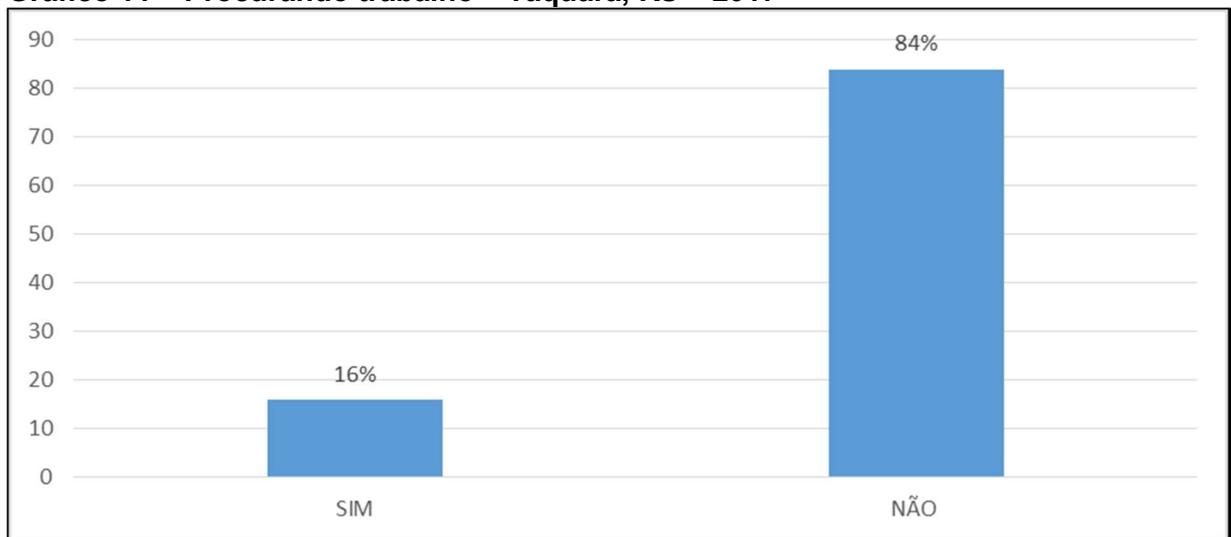
Quanto à ocupação, os respondentes da pesquisa mencionaram as mais distintas atividades. Assim, 29% afirmaram exercer atividades ligadas à indústria, consequência, provavelmente, da forte presença da indústria calçadista na região. Já em relação às “outras profissões”, os entrevistados apontaram atividades como auxiliar administrativo, auxiliar de confeitaria, auxiliar de enfermagem, construtor civil, cuidador de idosos, guia de turismo, manicure, mecânico, merendeira, mestre de obras, monitor de qualidade, motorista, pedreiro, pintor, técnico de atendimento, técnico de segurança do trabalho e vendedor.

**Gráfico 10 – Religião – Taquara, RS – 2017.**

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

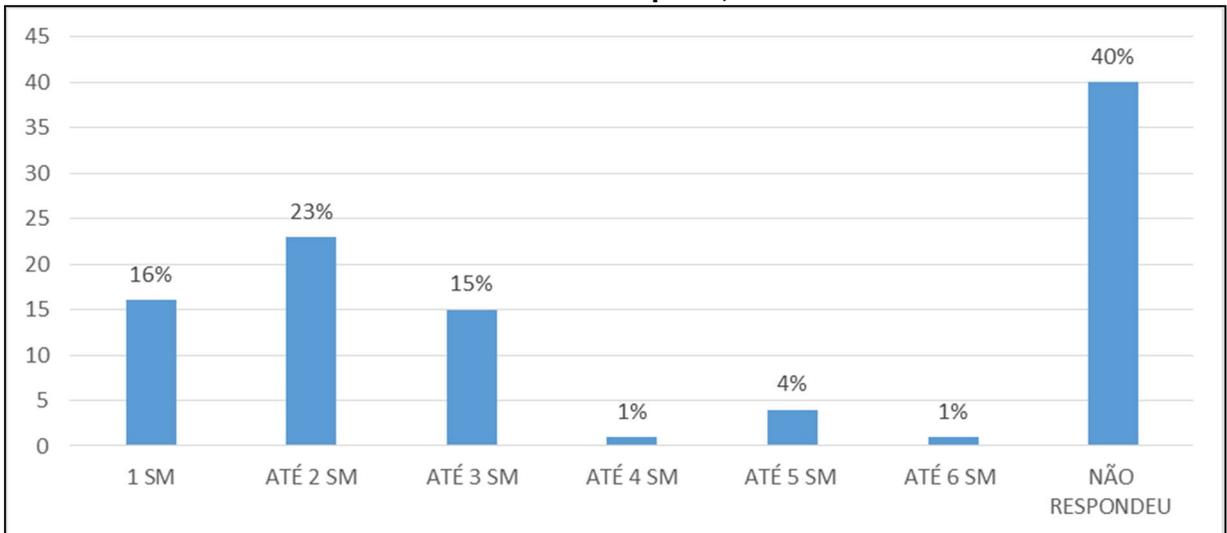
Surpreendente este dado obtido em relação à religião dos entrevistados: 48% se declararam “evangélicos”. O crescimento das igrejas pentecostais no Brasil tem sido registrado em todas as regiões. Segundo Bohn (2004), a população brasileira, no ano de 2000, era de 170 milhões de habitantes, dos quais 26 milhões, ou 15% do total se declaravam evangélicos. Este percentual só tem crescido nos últimos anos, chegando, no caso da população estudada, a quase metade dos residentes. Enquanto isso o contingente autodeclarado “católico” tem diminuído proporcionalmente, chegando a 37% do total no presente estudo.

**Gráfico 11 – Procurando trabalho – Taquara, RS – 2017**



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Este gráfico provavelmente é um indicador mais preciso quanto ao desemprego na região do estudo. Assim, temos que 16% da população entrevistada encontra-se desempregada.

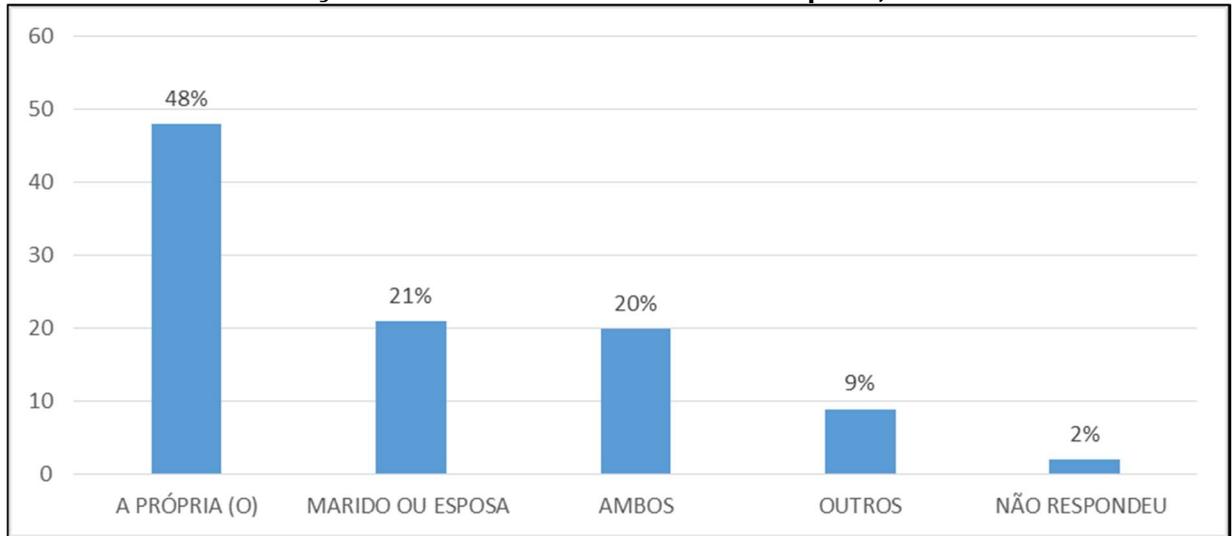
**Gráfico 12 – Renda bruta familiar mensal – Taquara, RS – 2017.**

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Consideramos renda bruta familiar mensal a “soma dos rendimentos brutos de todos os membros da família convivendo na mesma unidade domiciliar”, incluindo salário, aposentadoria, pensão, bolsa família e outras rendas.

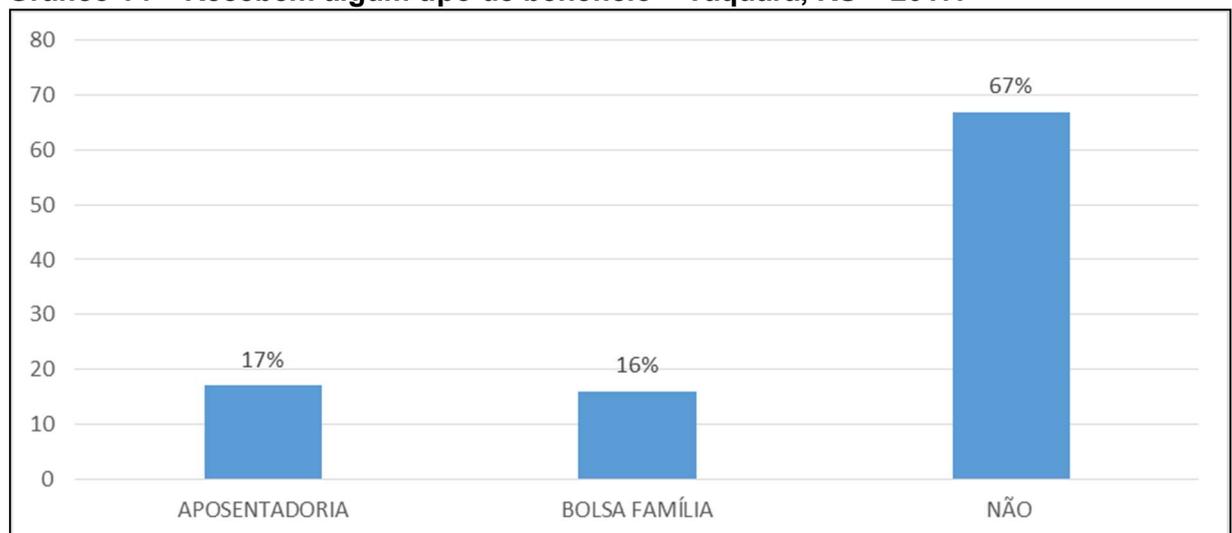
Observa-se que 16% das famílias possuem renda familiar mensal de até um salário mínimo; 23% delas informaram receber até dois salários mínimos; 15% recebem até três salários mínimos; 1% até quatro salários; 4%, até cinco salários; 1% até seis salários e 40% não informaram a renda bruta familiar mensal. Ainda sobre este item, pode-se afirmar que cerca de 54% dos entrevistados possuem renda familiar mensal de até três salários mínimos. Considerando que estas famílias normalmente são numerosas, conclui-se que os rendimentos da maioria das famílias são insuficientes para satisfazer as necessidades básicas de forma convincente.

Complementando a análise, foi questionado quem contribui para a renda familiar.

**Gráfico 13 – Contribuição familiar da Renda mensal – Taquara, RS – 2017.**

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Com os dados apresentados no gráfico 13, observa-se expressiva parte da renda (48%) origina-se da própria pessoa entrevistada, ou seja a renda é unipessoal, 21% afirmou que quem ajuda a compor a renda é o marido ou a esposa, enquanto 20% referiu que ambos compõem a renda e 9% informaram que outros membros da família ajudam a compor a renda familiar.

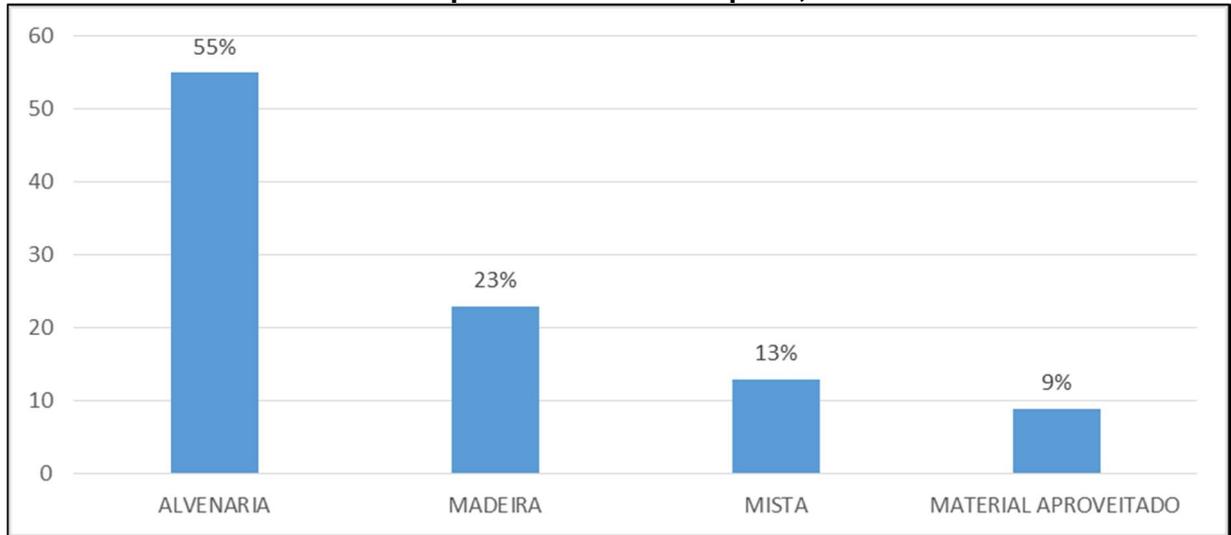
**Gráfico 14 – Recebem algum tipo de benefício – Taquara, RS – 2017.**

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

A pesquisa mostra que 17% recebe aposentadoria como benefício, bem como outros 16% responderam que recebem bolsa família; já a grande maioria, 67%, indicou que não recebe nenhum tipo de benefício. Vale enfatizar que 16% dos

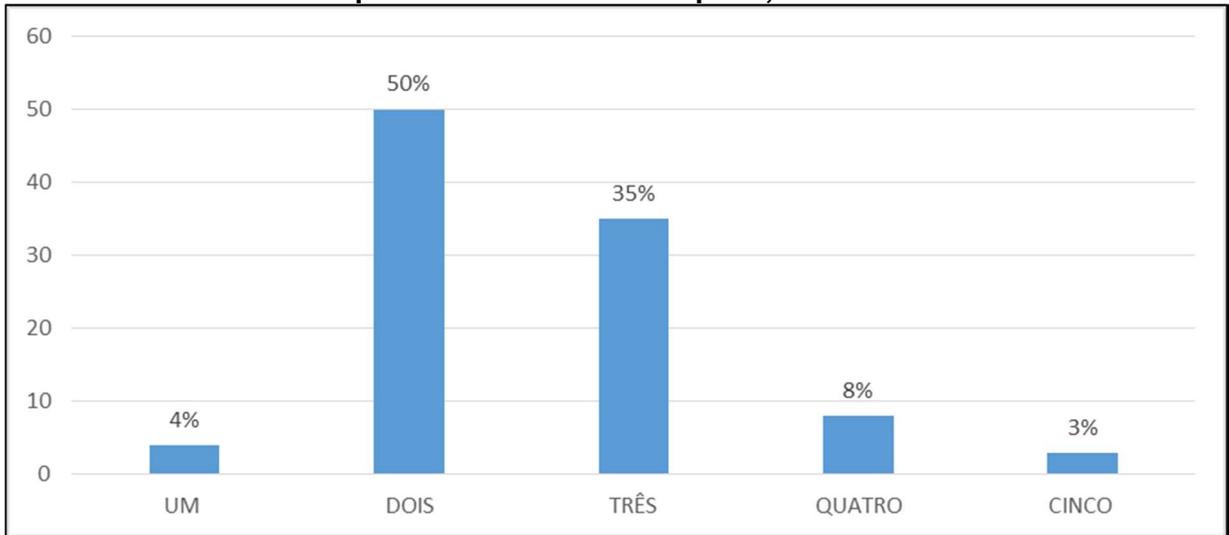
entrevistados afirmaram que recebem bolsa família; coincidentemente, é o mesmo percentual que respondeu que está procurando emprego, analisado no gráfico 11.

**Gráfico 15 – Característica do tipo de moradia – Taquara, RS - 2017**



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

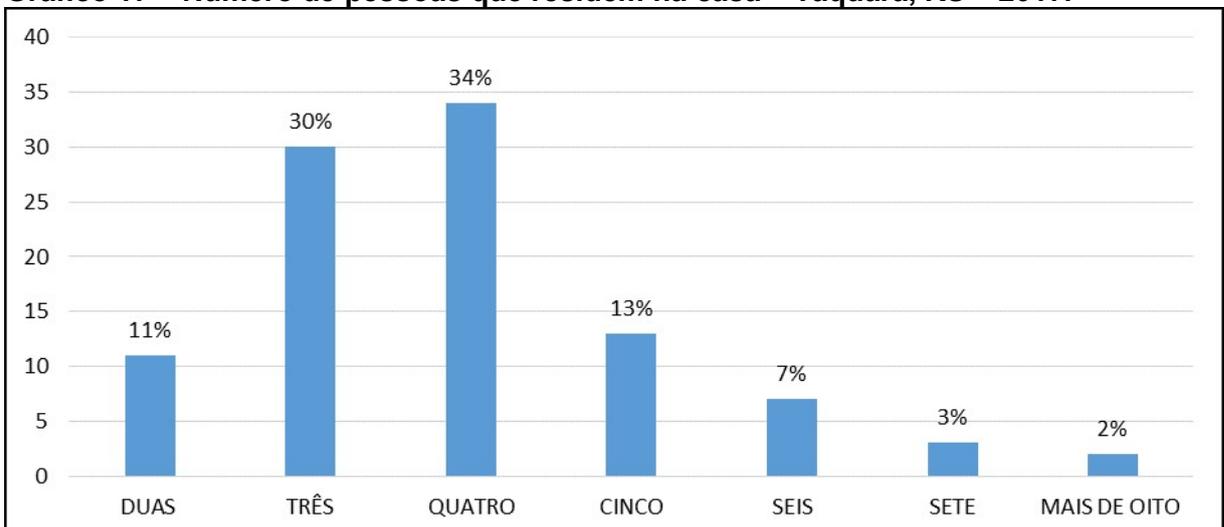
Em relação à moradia, 55% respondeu ser de alvenaria. Este contingente pode estar relacionado ao programa do governo federal Minha Casa Minha Vida, que tem como objetivo proporcionar ao cidadão brasileiro, através da parceria com empresas, estados, municípios e entidades, o acesso ao financiamento da sua moradia com condições especiais. Relacionando os dados do gráfico 12, o qual apresenta a renda familiar dos entrevistados, 54% recebe até três salários mínimos, praticamente coincidem os percentuais dos que possuem moradia de alvenaria. Isto demonstra uma melhoria significativa na moradia desta população. Continuando a análise, 23% respondeu que suas casas são de madeira, 13% são mistas e 9%, de material aproveitado. Necessitando assim um olhar atento para esta população, no sentido de viabilizar moradias mais dignas e seguras para as pessoas.

**Gráfico 16 – Número de quartos na moradia – Taquara, RS – 2017**

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Conforme a Caixa Econômica Federal, administradora do programa Minha Casa Minha Vida, sabe-se que a tipologia mínima recomendada para casa térrea é de dois quartos, um banheiro, sala, cozinha e área de serviço. Na pesquisa, identificou-se que 4% das casas possuem um quarto; 50%, dois quartos; 35%, três quartos; 8%, quatro quartos e 3% com cinco quartos. Mais uma vez os dados mostram que há uma adequação dos maiores percentuais em relação à tipologia apresentada ao programa de habitação Minha Casa Minha Vida.

Atualmente há uma tendência em relação ao grupo familiar, sendo que o padrão normal é de um ou dois filhos por família, reflexo do controle da natalidade e da inserção cada vez maior da mulher no ambiente profissional.

**Gráfico 17 – Número de pessoas que residem na casa – Taquara, RS – 2017.**

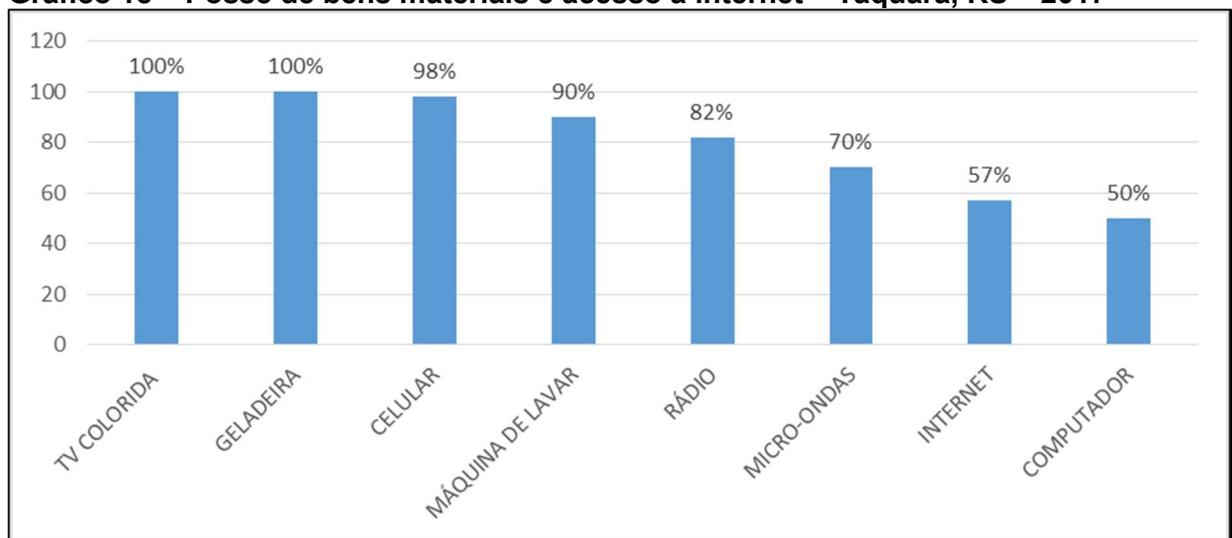
Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Corroborando a constatação anterior, percebe-se que 11% das moradias são ocupadas por duas pessoas, 30% respondeu que moram três pessoas e 34%, quatro pessoas.

Vê-se que 75% das moradias são ocupadas por até 4 pessoas, ou seja, o casal e dois filhos.

Nas últimas décadas, o tamanho das famílias vem sofrendo reduções sistemáticas, como reflexo da queda da fecundidade. Em 1980, as famílias brasileiras tinham, em média, 4,5 componentes. Em 1992, o tamanho médio passou para 3,7 pessoas e, em 2001, chegou a apenas 3,3 pessoas em média. Em termos regionais, a média mais elevada se encontra nas regiões Norte e Nordeste, ambas com média de 3,7 componentes por família, enquanto no Sul e no Sudeste o tamanho médio é 3,2 pessoas. Destaca-se, também, o crescimento dos núcleos unipessoais, dos quais 41,5% têm 60 anos ou mais de idade. As regiões Sul e Sudeste apresentam as maiores proporções de núcleos unipessoais (IBGE, 2002).

**Gráfico 18 – Posse de bens materiais e acesso à internet – Taquara, RS – 2017**



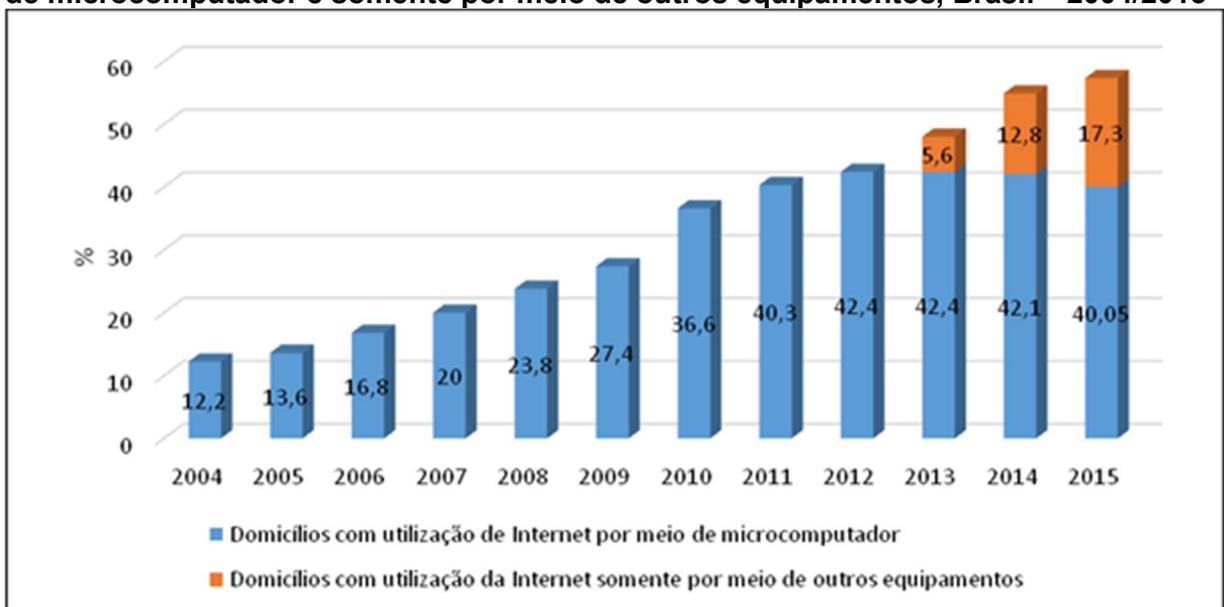
Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Este gráfico analisa a posse de bens materiais e o acesso à internet. Identificou-se que 100% da população entrevistada possui televisor a cores e geladeira, 98% respondeu que possui telefone celular, 90% possui máquina de lavar, 82% tem rádio, 70% tem forno de micro-ondas, 57% desta população possui acesso à internet e 50% possui computador em casa. Ou seja, mesmo que a renda familiar seja relativamente baixa, as famílias conseguem acesso a maioria dos bens materiais.

Chama-se a atenção para o percentual de acesso à internet ser maior que o percentual do computador, demonstrando que o uso da internet está crescendo e está atrelado ao uso de outros equipamentos como celulares e tablets.

Conforme pesquisa do IBGE, que desde 2013 passou a investigar anualmente o uso da internet através de outros equipamentos portáteis, de 2013 para 2014, a conexão exclusivamente por equipamentos portáteis aumentou 6,2 pontos percentuais, saindo de 5,6% para 12,8%.

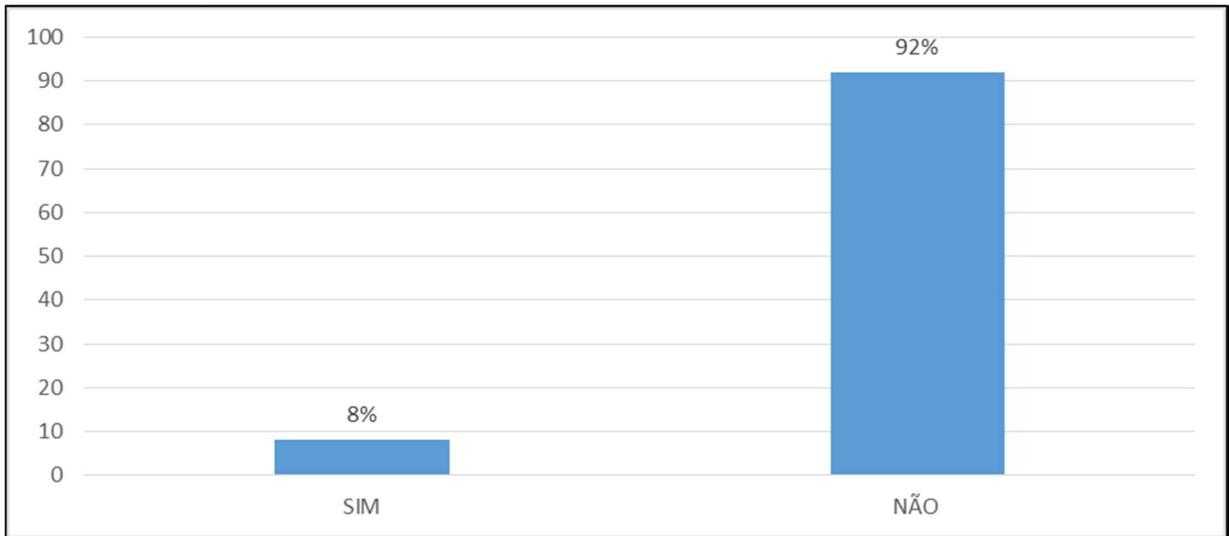
**Gráfico 19 – Percentual de domicílios particulares com utilização da internet por meio de microcomputador e somente por meio de outros equipamentos, Brasil – 2004/2015**



Fonte: IBGE, PNAD (2015).

No mesmo período, entretanto, houve diminuição de 0,3 ponto percentual no uso da internet por microcomputador (de 42,4% dos domicílios para 42,1%, respectivamente). Entre 2014 e 2015, a mudança foi maior: mais casas tiveram acesso à internet somente por celulares e outros equipamentos (17,3%, no total) enquanto a proporção de uso de computadores caiu ainda mais (chegando a 40,5%).

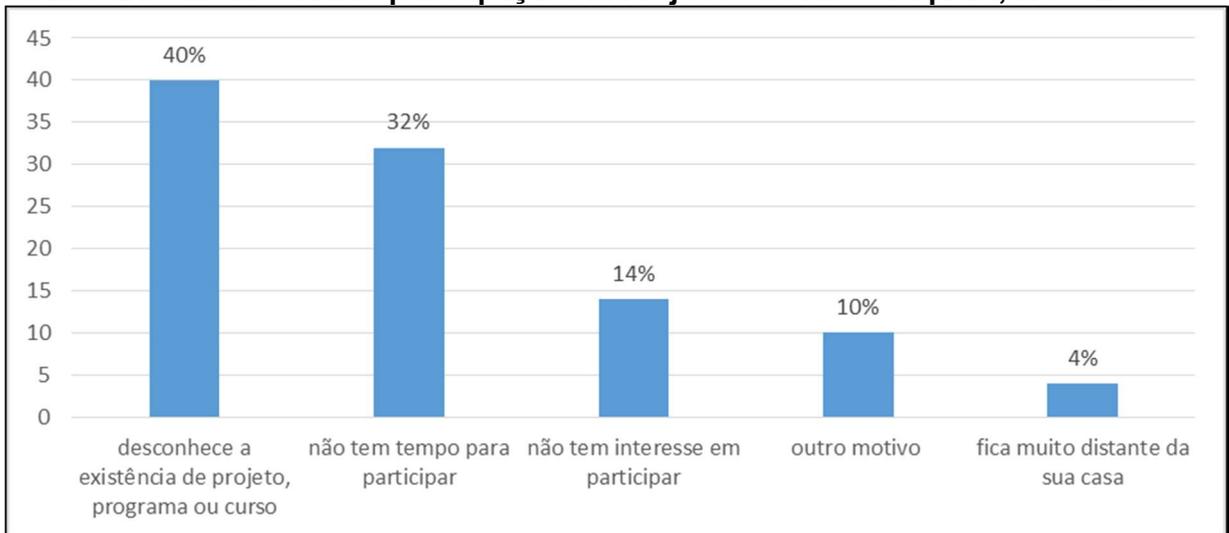
**Gráfico 20 – Participação em projeto social da Prefeitura Municipal – Taquara, RS – 2017**



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Quando questionados sobre a participação em projeto social público municipal, 92% dos entrevistados responderam que não e somente 8% respondeu que havia participação em algum projeto social.

**Gráfico 21 – Motivo da não participação em Projetos Sociais – Taquara, RS – 2017**

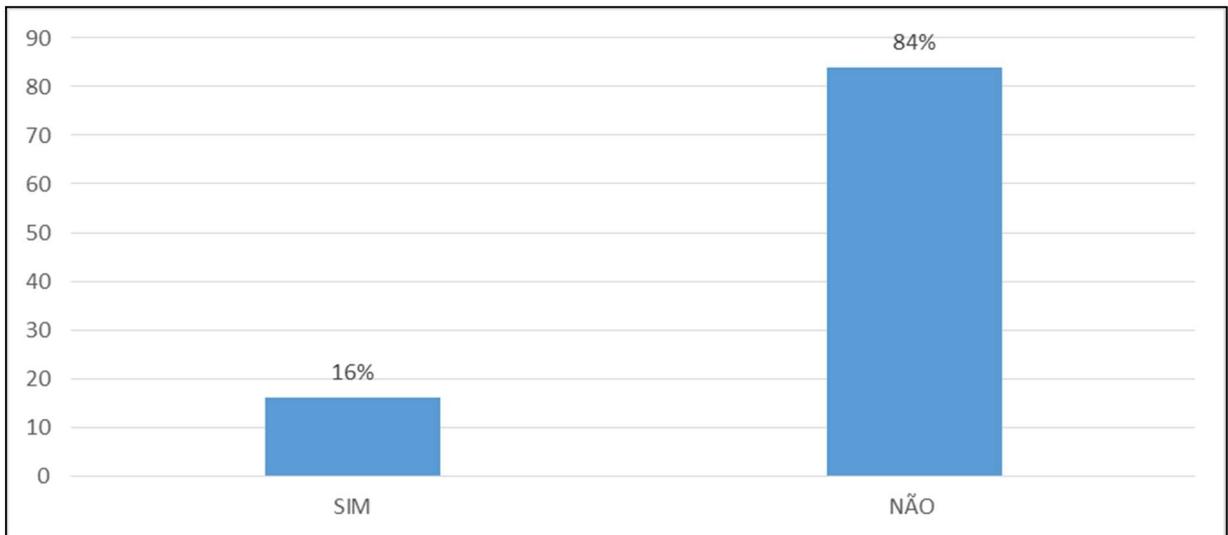


Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Neste item, a maioria respondeu que desconhece a existência de algum projeto social, programa ou curso no município. Isso pode estar atrelado ao fato de não haver a divulgação adequada ou à sua inexistência. Este é um dado muito relevante que deve ser tratado adequadamente pela municipalidade.

Já 32% apontou como principal fator a indisponibilidade de tempo para participar de projetos sociais. Este é um dado importante, pois percebe-se um certo interesse da população, porém é provável que os programas estejam ocorrendo em horário comercial quando estas pessoas estão trabalhando, o que inviabilizaria a participação.

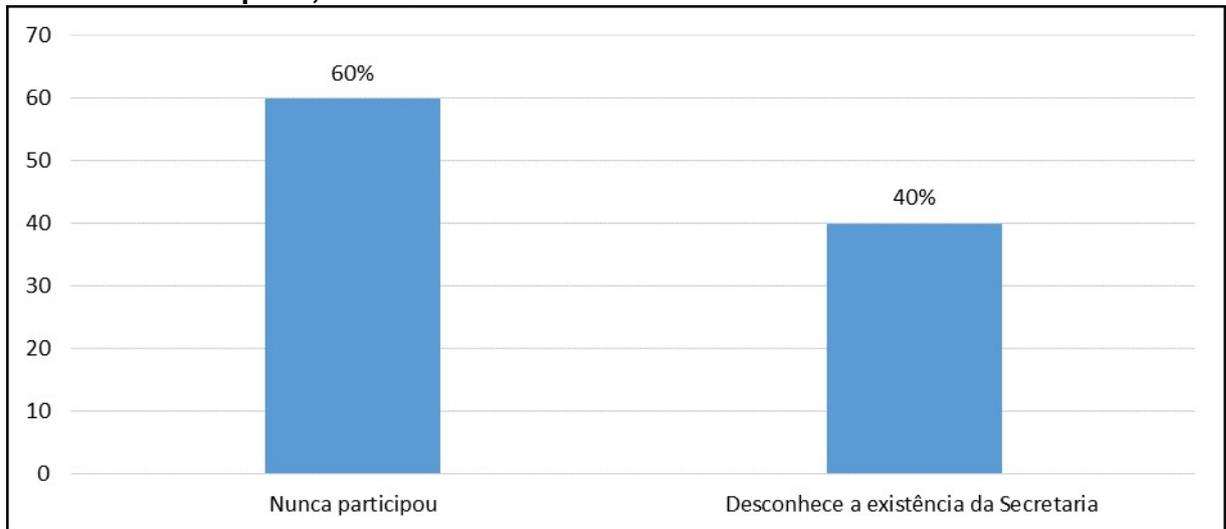
**Gráfico 22 – Conhece a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município – Taquara, RS – 2017**



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Quando questionados sobre o conhecimento da Secretaria de Desenvolvimento Social do município, 84% respondeu que não conhecia, evidenciando a falta de protagonismo da Secretaria junto à comunidade no sentido de promover ações e projetos de desenvolvimento desta população. Apenas 16% informou que conhecia a Secretaria de Desenvolvimento Social do município. Neste dado chama-se a atenção para a constatação do gráfico 14, no qual analisamos se as famílias recebem algum tipo de benefício. Pode-se ver que 16% respondeu que recebe o bolsa família, portanto, podemos concluir que essas famílias só conhecem a Secretaria de Desenvolvimento Social em virtude de sua ligação com o bolsa família e o CadÚnico (Cadastro Único) o qual institucionalmente é feito junto a essa Secretaria.

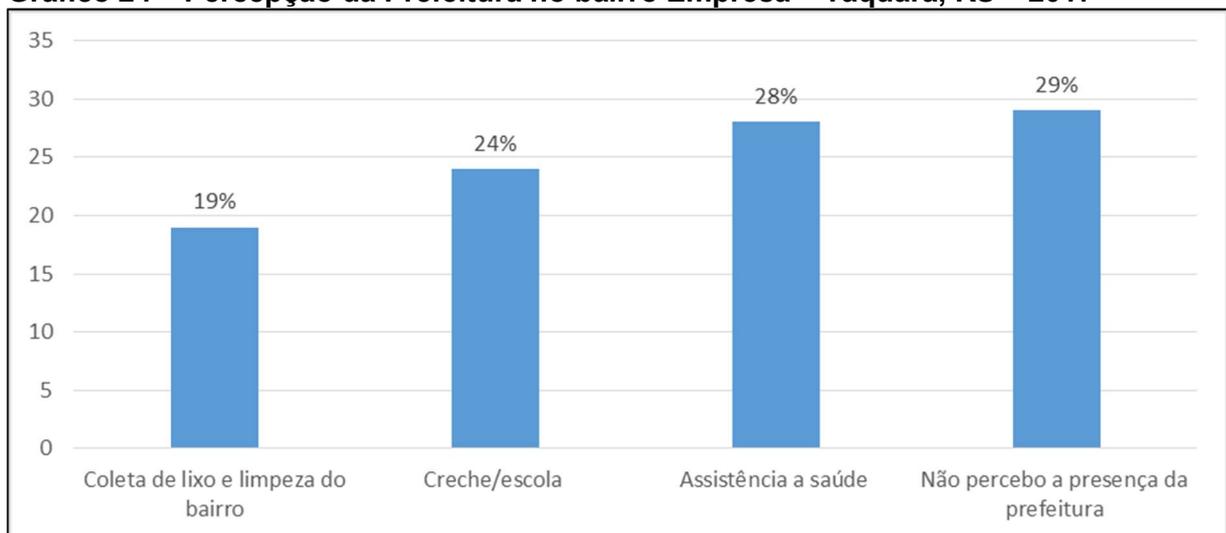
**Gráfico 23 – Participação em projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social – Taquara, RS – 2017**



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Neste ponto, resta evidenciar que o poder público municipal não está chegando a esta população, uma vez que 60% das pessoas respondeu que nunca participou de projetos da Secretaria de Desenvolvimento Social e 40% desconhece a existência da própria Secretaria de Desenvolvimento Social do município. Há indicação forte de um distanciamento entre Prefeitura Municipal e a população alvo.

**Gráfico 24 – Percepção da Prefeitura no bairro Empresa – Taquara, RS – 2017**

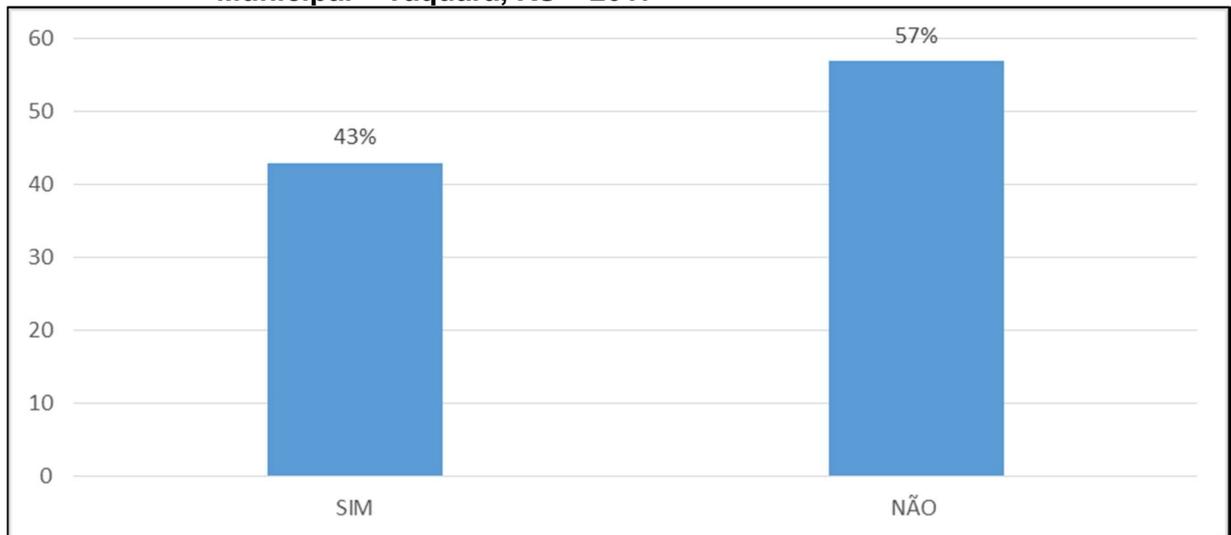


Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Para completar a análise sobre a presença da Prefeitura Municipal, questionou-se a percepção das pessoas em relação à presença da Prefeitura no seu dia a dia. Obteve-se como respostas que 19% só percebe a presença da Prefeitura através da

coleta de lixo e limpeza do bairro; 24% respondeu que percebe a presença da Prefeitura através da creche/escola; 28%, que infere através da assistência à saúde, e 29%, que não percebe a presença da Prefeitura, ou seja, quase um terço dos respondentes.

**Gráfico 25 – Percebe a necessidade de projetos ou atividades realizadas pela Prefeitura Municipal – Taquara, RS – 2017**



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nesta questão houve uma clara divisão entre os respondentes já que 43% mencionou que sente a necessidade de projetos sociais promovidos pela prefeitura, enquanto 57% declararam não sentir necessidade de projetos ou atividades realizados pela prefeitura. De qualquer forma, o interessante é que de fato existam projetos, atividades da Prefeitura com calendário, cronograma de ações e que cada família tenha o livre-arbítrio para escolher o que for do seu interesse, podendo obviamente ser orientada pela assistência social.

E, para finalizar os questionamentos para aqueles que responderam “sim” na questão analisada no gráfico 25, foi perguntado que sugestão teriam em relação a projetos, programas, atividades, etc.

Mediante a análise identificaram-se quatro categorias principais, classificadas a seguir.

A primeira categoria, com maior índice de citação foi Equipamentos Sociais. Nesta enquadram-se a construção e ampliação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Creches, Pré-escolas, Quadras Esportivas nas Escolas, Centros de Artes e Esportes, Centros de Iniciação ao Esporte. Da

totalidade dos entrevistados, 46% referiu sentir necessidade de desenvolvimento neste sentido.

A segunda categoria mais citada foi Trabalho e Capacitação. O trabalho não só desenvolve o indivíduo como também desenvolve uma cidade, região, estado, bem como um país. É através do trabalho que nos realizamos, adquirimos bens para nos tornar independentes. Segundo João Paulo II, “É mediante o trabalho que o homem deve procurar o pão cotidiano e contribuir para o progresso contínuo das ciências e da técnica, e sobretudo para a incessante elevação cultural e moral da sociedade”. Dessa forma, não é possível pensar em desenvolvimento sem trabalho ou emprego. Nesta categoria, 21% dos entrevistados responderam que sentem falta de oportunidades de trabalho.

A terceira categoria referida foi Infraestrutura Urbana. O acesso à moradia com as devidas condições de infraestrutura como saneamento básico, ruas asfaltadas, iluminação, limpeza, recolhimento do lixo, entre outras coisas, não atinge todas as camadas da população. É cada vez mais comum o surgimento e ampliação de bairros desprovidos de serviços públicos. Neste sentido, 18% dos entrevistados responderam que sentem falta, principalmente, da limpeza do bairro: há acúmulo de lixo, o que contribui para a proliferação de insetos e outros animais causadores de doenças. Além disso, foi citada, diversas vezes, a necessidade de pavimentação das ruas do bairro, para facilitar a mobilidade das pessoas que lá vivem.

E, por fim, a quarta categoria apresentada foi Educação e Desenvolvimento. Primar pela elevação da qualidade de ensino das escolas, em especial das escolas públicas, é batalhar pelo desenvolvimento da sociedade. Não há ascensão social sem educação de qualidade. Neste quesito, 15% dos respondentes citaram a necessidade de escola em tempo integral de forma a contribuir no desenvolvimento de habilidades, projetos de qualificação profissional para jovens, cursos técnicos profissionalizantes, oficinas educativas nas escolas, atividades de turno inverso para os jovens e projetos sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação versou sobre as políticas sociais no município de Taquara/RS. A pesquisa de campo foi realizada no bairro mais populoso e representativo da cidade de Taquara, o bairro Empresa, justamente onde se concentra a população que mais depende dos serviços sociais supostamente providenciados pela municipalidade, tais como assistência à saúde, educação formal, saneamento básico, coleta do lixo, limpeza urbana e segurança. Como o objetivo principal deste estudo consistiu em avaliar a qualidade da assistência social prestada pela Prefeitura Municipal, através dos dados foi possível constatar que 92% da população entrevistada não participa de projetos sociais da Prefeitura Municipal de Taquara, sendo que, destes, 40% desconhece completamente a existência de projetos, programas ou cursos. Isto pode estar atrelado ao fato de não haver a divulgação adequada ou se deve à inexistência dos mesmos. Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que o único Centro Comunitário existente no município de Taquara, situado no bairro Santa Terezinha, não apresentava identificação alguma, seja dos cursos proporcionados, seja dos horários e dias de atendimento. Outro fato relevante identificado durante a pesquisa é que a decisão de estabelecer um centro comunitário em um bairro não tão populoso como o bairro Empresa evidencia que a política social da prefeitura está mal direcionada, ao não privilegiar o bairro de maior população e mais necessitado.

A análise dos dados demonstrou igualmente que 84% da população entrevistada desconhece a existência da Secretaria de Desenvolvimento Social. Este fato evidencia a falta de protagonismo da Secretaria junto à comunidade. Apenas 16% relatou que conhecia a Secretaria. Cumpre destacar, aqui, que o mesmo percentual dos entrevistados participa do Programa Bolsa Família, ou seja, conhecem a Secretaria em função do Cadastro Único ser realizado no mesmo local físico, junto a essa Secretaria.

A pesquisa apontou que 60% das famílias residentes no bairro mais populoso do município nunca participou de projetos, programas ou cursos da Secretaria de Desenvolvimento Social. Neste ponto, resta evidenciar que o poder público não está atingindo esta população. Há indícios de absoluto distanciamento entre Prefeitura Municipal e população alvo.

Em relação à presença da Prefeitura no bairro Empresa, 29% dos entrevistados responderam que não percebem a presença da Prefeitura Municipal de Taquara.

Aqueles que disseram perceber a presença da Prefeitura informaram que isso acontece através do posto de saúde do bairro, da creche/escola e coleta de lixo.

A partir da análise das políticas públicas do Município de Taquara/RS, não se pode negar que a Prefeitura tem realizado ações concretas, porém está muito longe de resultados satisfatórios na percepção da população alvo do estudo. Além disso, através das entrevistas realizadas com o Secretário e a Coordenadora Técnica da Secretaria do Desenvolvimento Social do município, podemos afirmar que o município está relativamente bem equipado para atendimento das necessidades sociais da população. Entretanto, percebe-se que a tendência é de diminuição gradativa dos serviços e encerramento de várias atividades. Em função da recessão econômica que o país atravessa e que afeta profundamente a estrutura pública municipal, os cortes em atividades consideradas não essenciais são iminentes.

Os dados mostraram ainda que 43% da população sente necessidade de projetos e atividades realizadas pela Prefeitura Municipal de Taquara/RS, principalmente em quatro principais categorias. A primeira categoria com maior índice de citação foi Equipamentos Sociais. A população solicita melhoria no posto de saúde, mais creches, escolas, quadras esportivas, centros de artes, esportes, cursos, etc.

A segunda categoria mais citada foi Trabalho e Capacitação. A população sente falta de mais empresas na cidade, provedoras de empregos, o que ajudaria no desenvolvimento local e regional bem como essas empresas poderiam investir em projetos sociais para obter resultados, que se bem-sucedidos, proporcionariam boa visibilidade, acarretando uma imagem institucional positiva. Além disso, a municipalidade poderia, também, dar preferência a investimento em projetos educacionais voltados às crianças e aos adolescentes, já que a formação educacional e a formação profissionalizante contribuem, a médio e longo prazos, para preparar uma mão de obra qualificada para a região. E neste ponto concordamos com um dito popular que diz que “o melhor programa social é um emprego”.

A terceira categoria apontada na pesquisa foi Infraestrutura Urbana; aqui os entrevistados solicitaram principalmente ruas asfaltadas, limpeza do bairro, recolhimento do lixo. Todas estas questões, se bem administradas, desenvolvem o bairro, melhorando consideravelmente a qualidade de vida das pessoas e a sensação de pertencimento à comunidade.

Por fim, a quarta categoria citada foi Educação e Desenvolvimento. Aqui os respondentes apontaram a necessidade de escola em turno integral de forma a

contribuir no desenvolvimento de habilidades bem como cursos de qualificação profissional para os jovens, cursos técnicos, oficinas educativas de turno inverso. Aqui fazemos uma reflexão: somente a educação pode melhorar o desenvolvimento. A falta de educação, ou a baixa qualidade da mesma, contribuem para a persistência do ciclo de pobreza, uma vez que os pais com baixa escolaridade têm dificuldade em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos, o que acaba gerando um ciclo vicioso de continuidade de estagnação e de pobreza.

Estudos como este podem contribuir para a melhoria das Políticas Sociais ao possibilitar um ajuste das necessidades da população, bem como fortalecer a administração pública, melhorar o desempenho e, conseqüentemente, pela boa gestão, ter um município desenvolvido satisfatoriamente na educação, saúde, qualidade de vida e emprego. Amartya Sen afirma que o desenvolvimento tem que estar relacionado sobretudo à melhoria de vida dos cidadãos e ao fortalecimento de suas liberdades e que tais liberdades são, em último caso, fruto do desenvolvimento.

Finalmente, sugere-se a realização de outras pesquisas sobre Políticas Sociais a nível regional.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. C.; Políticas sociais: focalizadas ou universalistas. É esta a questão? *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, n. 123, p. 145 – 151, ago. 2011.
- ALMEIDA, P. R. Uma avaliação do governo Lula: políticas sociais e área institucional. *Revista Espaço Acadêmico*, São Paulo, n. 114, p. 165-173, nov. 2010.
- BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, v. 5, n. 2, p. 288-338, out. 2004.
- BULLA, L. C.; TSURUZONO, E.R.S. Envelhecimento, família e políticas sociais. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v. 14, n. 1, p. 103-112, jan./jun. 2010.
- CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, p. 1011-1042, dez. 2012.
- CHIES, L. A. B.; PASSOS, R. A. Auxílio-reclusão: o instituto mal(mau)dito das políticas sociais com as políticas penais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 30, n. 3, set./dez. 2015.
- COREDE – PARANHANA/ENCOSTA DA SERRA. *Mapa da Região do Paranhana/RS*. 2015. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1776564>>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- FAGUNDES, H. S. O voluntariado, a solidariedade e as políticas sociais. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Rio Grande do Sul, Ano V, n. 6, dez. 2006.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- FALSARELLA, A. M. O lugar da pesquisa qualitativa na avaliação de políticas e programas sociais. *Avaliação*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 703-715, nov. 2015.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
- FREITAS, R. S. Aspectos do estado contemporâneo e desafios na formulação das políticas sociais. *Revista Sequência*, Santa Catarina, n. 57, p. 31-46, dez. 2008.
- FRONZA, P. & BELLINI, M. I. B. *A família e a política social: desvelando desafios históricos* in Política social: temas em debate. Pelotas: EDUCAT. 2009.
- FURLAN, V.; PELISSARI, M. A. Psicologia e os Contextos Sócio-Político-Cultural e das Políticas Sociais no Século XXI. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 33, p. 24-31, 2013.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOODIN, Robert E. *et al.* *The real worlds of welfare capitalism. The welfare state: a reader.* C. Pierson e F. G. Castles. Cambridge: Polity Press, 2002, p. 170-188.

GOULART, S.; CARVALHO, A. *O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em administração.* In: VIEIRA; M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Org.). *Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática.* Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HESPANHA, P. Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios. *Revista de Ciências Sociais*, Ceará, v. 39, n. 1, p. 5-15, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2015.

\_\_\_\_\_. *Censo.* 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 out. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Gastos com políticas sociais: alavanca para o crescimento com distribuição de renda.* Comunicado IPEA, Brasília, n.75, fev. 2009.

\_\_\_\_\_. *Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias.* In: *Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*, v. 3. p. 779-795. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro\\_BrasilDesenvEN\\_Vol03.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2010.

JACOBI, P. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 8, p. 31-48, 1999.

JUNG, Carlos Fernando. *Metodologia para pesquisa e desenvolvimento: aplicada a novas tecnologias, produtos e processos.* Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica.* 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

LAMPREIA, L. F. *Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social.* São Paulo, 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000200003&script=sci_arttext) Acesso: 05 nov. 2015.

LOBATO, L. V. C. Avaliação de políticas sociais: Notas sobre alguns limites e possíveis desafios. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, v. 2, 239-265, 2004.

MARQUES, R. M.; MENDES, A. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, jan./jun. 2007.

MARQUES, R. M. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 7, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2015.

MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. As transformações da atuação do Estado e as políticas sociais contemporâneas. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 5, n.1, p. 120-134, jan./jun. 2013.

MELLO, M. M. Políticas sociais e políticas de bem-estar: algumas considerações. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, São Paulo, v.2, n.4, ago. 2007.

OLIVEIRA, M. Acessando direitos sociais: redes municipais de políticas sociais – espaço de articulação entre as políticas sociais públicas. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 3, n. 1. 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/976>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

PAIVA, B. A.; MATTEI, L. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre v. 8, n.2, p. 175-194. jul./dez. 2009

PALOTTI, P. L. M.; MACHADO, J. A. Coordenação Federativa e a “Armadilha da Decisão Conjunta”: as Comissões de Articulação Intergovernamental das Políticas Sociais no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 399-441, 2014.

PIANA, M. C.; *As políticas públicas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento*. São Paulo: UNESP, 233 p. 2009.

PIZZIO, A. As políticas sociais de reconhecimento como elemento de redução das desigualdades sociais. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 44, n. 1, p. 80-86, jan./abr. 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

RIZZINI, I. Infância e globalização: análise das transformações econômicas, políticas e sociais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, 2006.

ROTTA, E. Desenvolvimento regional e políticas sociais: um estudo do noroeste do Rio Grande do Sul na primeira década do século XXI. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 74-91, jan./jul. 2012.

ROTTA, E. *et al.* As políticas sociais como potencializadoras do desenvolvimento local-regional. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, n. 5, ano V, nov. 2006.

ROTTA, E.; REIS, C. N. Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária. *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6 n. 2 p. 314-334. jul./dez. 2007.

SANTOS, R. Política social brasileira e neofamiliarismo: contribuições para o debate. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, v. 13, p. 87-99, 2012. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras 2000.

SIMIONATTO, I.; COSTA, C.R. Estado e Políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2014.

SOARES, N.; POLTRONIERI, C. F.; COSTA, J. S. Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais. *Revista Argumentum*, Vitória, v. 6, n.1, p. 133-152, jan./jun. 2014.

SOARES, V. B.; CASTRO, D.C. Ou isto ou aquilo? A integração entre pesquisa qualitativa e quantitativa em estudos organizacionais no Brasil. *VII Encontro de estudos organizacionais da ANPAD*, EnEO, Curitiba/PR, maio 2012.

SOBOTTKA, E. A. Por que se faz políticas sociais no Brasil? *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan./jun. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, dez. 2006.

TAQUARA. *Prefeitura de Taquara*. 2017. Disponível em: <<http://www.taquara.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. AATR-BA 2002. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2015.

TEIXEIRA, S. M. Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 10 n. 2, p. 154-163, jul./dez. 2007.

VARGAS, T. M.; VICCARI, E. M.; BELLINI, M.I. B. O “isso” e o “aquilo” das políticas sociais brasileiras. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 16, p. 15-41, jul./dez. 2010.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. *Em torno do conceito de política social: notas introdutórias*. Dez. 2002. Disponível em: <<http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A – ENTREVISTA

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

DATA: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2017.

#### 1.1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO/PESSOAIS – ESTUDO DO PERFIL

1. **Idade** (anos): \_\_\_\_\_
2. **Sexo:** ( ) Fem ( ) Masc
3. **Município de nascimento:** \_\_\_\_\_
4. **UF:** \_\_\_\_\_
5. **Desde quando mora em Taquara:** \_\_\_\_\_
6. **Bairro onde mora:** \_\_\_\_\_
7. **Grau de instrução:** \_\_\_\_\_
8. **Estado civil:** ( ) solteira(o) ( ) casada(o) ( ) separada(o) ( ) viúva(o)
9. **Obs.: mora** ( ) com companheiro ( ) somente com os filhos
10. **Raça:** ( ) branca ( ) negra ( ) mulata ( ) índia
11. **Trabalha:** ( ) sim ( ) não
12. **Profissão:** \_\_\_\_\_
13. **Religião:** \_\_\_\_\_ ( ) sem religião
14. **Autônomo?** ( ) sim ( ) não
15. **Está procurando trabalho?** ( ) sim ( ) não
16. **Renda Familiar:** \_\_\_\_\_
17. **Quem contribui com a renda familiar?** ( ) a própria ( ) marido ( ) outros:
18. **Recebe algum outro tipo de benefício? Qual?** ( ) aposentadoria ( ) bolsa família ( ) cesta básica
19. **Casa de:** ( ) alvenaria ( ) madeira ( ) mista ( ) material aproveitado ( ) outro - Qual?
20. **Situação** ( ) próprio ( ) alugado ( ) arrendado ( ) cedido
21. **Nº de quartos na casa?** \_\_\_\_\_
22. **Quantas pessoas moram na residência?** \_\_\_\_\_
23. **Assinale se tem:** ( ) TV colorida ( ) geladeira ( ) cama(s) ( ) celular ( ) rádio ( ) computador ( ) micro-ondas ( ) máquina de lavar ( ) internet
24. **Abastecimento de água:** ( ) rede Corsan ( ) poço artesiano ( ) poço caseiro ( ) cisterna ( ) Bica ( ) outro. Qual? \_\_\_\_\_
25. **A residência tem banheiro?** ( ) Sim. Quantos? \_\_\_\_\_ ( ) Não
26. **Marque se a família tem:** ( ) bicicleta ( ) moto ( ) carro
27. **Alguém na família participa de algum projeto social ou de algum curso?**  
( ) sim Quem? \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_  
( ) não

**28. Para quem respondeu sim: qual a principal contribuição deste projeto/curso**

- melhoria na higiene e habitação
- melhoria na qualidade de vida
- melhoria no relacionamento familiar
- qualificação profissional
- nenhuma contribuição
- outro. Qual? \_\_\_\_\_

**29. Para quem respondeu não: qual o principal motivo?**

- desconhece a existência de projeto, programa ou curso
- fica muito distante da sua casa
- não tem tempo para participar
- não tem interesse em participar
- outro. Qual? \_\_\_\_\_

**30. Você participa de alguma organização ou grupo?**

- Sim:
- Associação de Moradores/as ( ) Sindicatos ( ) Partido Político
- Movimento social ( ) Cooperativa ( ) Grupo Religioso
- outro. Qual? \_\_\_\_\_
- Não

**31. Os projetos/programas/cursos são desenvolvidos por:**

- prefeitura ( ) faculdade/universidade ( ) não sabe
- outros. Quais? \_\_\_\_\_

**32. Você conhece a Secretaria de Desenvolvimento Social do município?**

- sim
- não

**33. Participa de algum projeto da secretaria municipal de desenvolvimento social?**

- sempre ( ) às vezes ( ) raramente ( ) nunca
- desconhece a existência deste tipo de atividade

**34. Como você percebe a presença da prefeitura no seu dia a dia?**

- ( ) não percebo a presença da prefeitura
- ( ) percebo através do posto de saúde municipal
- ( ) percebo através da creche/escola
- ( ) percebo através da limpeza do bairro
- ( ) percebo através da coleta de lixo

**35. Você sente necessidade de algum projeto ou atividade da prefeitura?**

---

Qual? \_\_\_\_\_

**ANEXO**

## ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

1 Título da pesquisa:

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE TAQUARA

Nome do orientador: Mário Riedl, Dr.

Nome do acadêmico pesquisador: Maria Regina De Pellegrin / Fone: 993561867

2 Informações ao participante:

1. Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem por objetivo avaliar os projetos e programas sociais do município de Taquara.
2. Durante o procedimento, o pesquisador coletará as informações pessoalmente ou através de uma equipe de apoio. Você poderá recusar-se a responder qualquer pergunta que lhe cause algum constrangimento.
3. A sua participação como voluntária não lhe trará nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza.
- 4 . Serão garantidos o sigilo e a privacidade das informações que você fornecer, sendo-lhe reservado o direito de omissão de dados.
5. Sua resposta será considerada válida para a finalidade do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), que acompanhará o questionário.

Taquara, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

M<sup>a</sup> Regina De Pellegrin  
Mestrando pesquisador

Prof. Dr. Mário Riedl  
Orientador da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa

OBRIGADA!